

educar



REVISTA DA SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO DO
ESTADO DA BAHIA

ANO 1 Nº 1 MAI.2008



°perspectiva

Uma escola de todos nós

1º Festival Anual da Canção Estudantil

23/05 a 30/09 de 2008



Inscrições
Escolas da Rede Estadual
De 12 a 21 de maio

Podem participar
Estudantes matriculados na Rede Estadual de Ensino,
que estejam cursando da 5ª à 8ª série do ensino
fundamental, ensino médio, ou equivalente.

Informações
www.sec.ba.gov.br/face • face@sec.ba.gov.br



GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria da Educação

ao leitor

Construindo uma Escola de Todos Nós



A Revista Educar nasce com o propósito de apresentar para a sociedade um balanço da educação baiana. No primeiro ano de gestão, foi realizado um diagnóstico minucioso de toda a rede estadual e, a partir dos problemas detectados, foram desenvolvidas ações que virão a atender o propósito de construir uma Escola de Todos Nós, uma educação que expresse as singularidades de nosso maior patrimônio cultural: o povo baiano. Uma escola que vem reafirmar a filosofia de uma educação construída por pessoas que criam e recriam seus espaços e suas culturas.

A consolidação desse modelo tem como fundamento o princípio de que a escola é um espaço público, gratuito, de encontro de culturas, assim como de reconhecimento e afirmações de identidades e diferenças de nossa gente. É na afirmação dessas identidades que o governo pretende resgatar o sentido da escola pública como um local vivo que contribua para a produção de autonomias individuais e coletivas, devolvendo à escola seu caráter educativo e emancipador.

Recentes indicadores da educação baiana mostram que há muito por fazer para desencadear um processo sustentável de mudanças sociais no estado. Não há como se pensar, por exemplo, em mudanças sociais e exercício da cidadania com a persistência dos índices de analfabetismo e desemprego, variáveis altamente correlacionadas entre si e com a pobreza. O Governo do Estado abraçou o desafio e lançou o programa TOPA – Todos pela Alfabetização, que visa alfabetizar um milhão de baianos até 2010, o que corresponde a 50% dos analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos. Hoje, o índice de analfabetismo da população baiana ocupa o primeiro lugar no ranking brasileiro.

Outro destaque é a educação profissional, cuja meta é ampliar em 500% a oferta de vagas. A valorização profissional, a melhoria da rede física e, sobretudo, um olhar especial para a política pedagógica também estão no foco da Secretaria. As ações devem voltar-se prioritariamente para o acompanhamento pedagógico. Por muitos anos, o foco foi no ensino e agora será no aprendizado. A Bahia quer e irá avançar, pois somente com bons resultados educacionais será possível alcançar o desenvolvimento do estado.

De posse de um conjunto de diretrizes e eixos que nortearão as ações, e também de uma vontade política e do compromisso dos vários atores sociais, pode-se dar um grande passo na superação das mazelas educacionais em nosso estado. Por isso, para construirmos uma Escola de Todos Nós, além do programa de alfabetização de jovens e adultos e da educação profissional, constituem também eixos de ações prioritárias a gestão democrática em rede com efetividade social, o acesso e a permanência na escola com dignidade, o fortalecimento da educação superior e o reconhecimento e a valorização dos profissionais em educação. A Revista Educar, neste seu primeiro número, apresenta algumas ações que estão sendo implementadas, dentro destes eixos, para superar as precárias condições na esfera da educação no estado.

º sumário



Governador
JAQUES WAGNER
Vice-governador
EDMUNDO PEREIRA
Secretário da Educação
ADEUM HILÁRIO SAUER
Chefe de Gabinete
SALVADOR DAL POZZO TREVIZAN

educar

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Silvia Costa
(DRT/BA - 1.769)

REPORTAGEM

Perla Ribeiro
Davi Lemos
Flávio Costa
Mismãna Militão

REVISÃO

Antônio Luís Almada
Sibele Leal Santos
Raimundo de Santana

PROJETO GRÁFICO

Ana Clélia Rebouças

DIAGRAMAÇÃO

Tempo Propaganda

FOTOS

Claudionor Júnior

IMPRESSÃO

Empresa Gráfica da Bahia – EGBA
Tiragem 70 mil exemplares

NOSSO ENDEREÇO

Av. Luiz Viana Filho, 6ª Avenida,
nº 600, 5º andar - CAB
CEP 41.750-300 - Salvador - Ba
Fone: (71) 3115-9026
Fax: (71) 3115-9066
WWW.sec.ba.gov.br

3 CONSTRUINDO UMA ESCOLA DE TODOS NÓS

7 BALANÇO E PERSPECTIVAS

Panorama da política de educação do Governo do Estado sob o olhar do secretário da Educação, Adeum Sauer.



10 CONFERÊNCIA

A 1ª Conferência Estadual da Educação Básica foi uma clara demonstração de que o rumo da educação baiana está sendo corrigido. Mais de 15 mil pessoas compareceram aos debates e fizeram suas propostas.

12 SELEÇÃO PÚBLICA

O Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) não é mais utilizado como instrumento político. Através de seleção pública, a SEC disponibilizou 9.877 vagas.

16 PROFESSORES CONCURSADOS

Os professores aprovados em concursos tiveram a garantia de que os processos legais estão sendo respeitados. Só em 2007, foram 2.546 docentes nomeados.

23 TRANSPORTE ESCOLAR

A oferta de transporte escolar sempre foi um “drama” para os estudantes do interior do estado. Apesar do orçamento insuficiente, a SEC quase triplicou o repasse de recursos para 256 municípios conveniados.

24 TRANSPARÊNCIA E ECONOMIA

A qualidade nem sempre custa caro. Com a suspensão de contrato irregular, a aquisição de carteiras foi realizada com economia de 68%. Poupou-se o gasto de R\$ 3,3 milhões.

27 RECURSOS ÀS ESCOLAS

A economia em contratos e gastos desnecessários teve um resultado alentador. A SEC conseguiu repassar R\$ 80 milhões para as escolas, a maior transferência de recursos dos últimos quatro anos.



28 Revitalização das escolas

A SEC e a comunidade deram as mãos para revitalizar as escolas estaduais. Os mutirões realizados em 2007 foram um sucesso e acontecerão em mais 500 escolas.



32 Gestão financeira

O “Transparência na Escola” reafirma o compromisso da SEC com a gestão democrática das escolas. Pela Internet, os cidadãos poderão conferir os gastos da verba pública.

34 ELEIÇÃO DIRETA

2008 será um ano histórico na trajetória da consolidação da democracia no estado. Após muita discussão e trabalho conjunto, a comunidade escolar elegerá os diretores das escolas públicas estaduais.

36 TOPA supera meta

O TOPA – Todos pela Alfabetização é um dos principais projetos do Governo do Estado. Reduzir em um milhão o número de analfabetos é a meta a atingir até 2010, em parceria com municípios e movimentos sociais.



41 AÇÃO PESQUISA

128 técnicos da SEC foram a campo para ver de perto quais são as principais demandas das escolas nos municípios do estado.



42 Revitalização das Direc

As Diretorias Regionais de Educação (Direc) estavam em processo de desativação. Defendendo a gestão descentralizada, o atual governo as revitaliza e propõe o crescimento da orientação pedagógica junto às escolas.

46 UM CAMINHO PARA INCLUSÃO

Numa iniciativa inédita, foi criada a Rede Estadual de Educação Especial – Um Caminho para Inclusão. O objetivo é implementar um novo modelo de escola pública acessível a todos.

48 Educação Indígena

Vistórias realizadas por técnicos em colégios indígenas constatarem condições desfavoráveis de aprendizado



50 HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

A implementação da lei 10.639/03 garantirá que o maior estado negro do Brasil tenha a história de sacrifícios e luta dos afro-descendentes contada nos bancos escolares.

51 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A nova coordenação vai oferecer cursos de formação continuada para os professores de acordo com as peculiaridades da região.

57 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Bahia concorre a 60 mil vagas de educação superior à distância por meio de convênio firmado entre a SEC, as quatro universidades estaduais e as universidades federais do estado.

58 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O investimento em Educação Profissional é peça-chave para o desenvolvimento das pessoas no estado da Bahia. O oferecimento de cinco mil novas vagas em 2008 dobrará o número atual. O objetivo é quintuplicar as vagas em Educação Profissional até 2010.

62 UNIVERSIDADE PARA TODOS

Para os 25 mil alunos do Universidade para Todos, estudar para o vestibular vai ser mais do que aprender fórmulas, regras e raciocínio lógico. Eles estão conhecendo de perto como a história e a cultura afro-brasileira influenciam a sociedade.

QUANDO TODO MUNDO
TOPA, A MUDANÇA
COMEÇA A ACONTECER.

TOPA 
TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO

Balço e perspectivas

Panorama da política de educação do Governo do Estado.

Marco Referencial

O Governo do Estado encontrou, em janeiro de 2007, a Secretaria da Educação em situação deficitária do ponto de vista da realidade física das escolas; de baixa motivação dos professores pela situação histórica de desvalorização que a categoria vem enfrentando ao longo de anos; de baixa auto-estima dos pais em relação à escola, além de problemas no orçamento e falta de professores e pessoal de apoio. Também se verificou indicadores da educação vergonhosos. No conjunto, a escola apresentava baixa efetividade social, não atendendo às expectativas da sociedade. Diante desse cenário, ficou clara a necessidade de se fazer intervenções num conjunto de fatores relacionados à aprendizagem nas escolas: na gestão pedagógica e administrativa, na democratização da gestão, na infra-estrutura e equipamentos das escolas e na formação continuada e motivação dos profissionais da educação. O governo tem consciência do enorme desafio que é superar tantos problemas para transformar a educação e, ao lado dessa responsabilidade, o entendimento e a convicção de que isso só será possível conjugando razão e emoção. O governo acredita na capacidade e no poder de mudança da sociedade para construir uma “Escola de Todos Nós”.

Intervenções

Na parte pedagógica, a Secretaria



A Secretaria estabeleceu diretrizes que foram amplamente discutidas e têm eixos •

quer consolidar uma proposta clara de educação, na qual o ensinar e o aprender estejam bem referenciados e onde as intencionalidades estejam declaradas. É preciso ter informações gerenciais melhores e mais ágeis, adequar os programas de informática que estão fora dos padrões de administração moderna e que são essenciais para o gestor fazer intervenções rápidas e acompanhá-las. Também é preciso estabelecer nas escolas um pacto com resultados e metas que traduzam a qualidade da educação que o governo quer para os baianos. A Secretaria estabeleceu diretrizes que foram amplamente discutidas e têm eixos. Tudo isso demonstra a visão e os valores deste Governo de uma gestão democrática em rede, isto é, descentralizada. A pergunta é: como implementar isso em rede? Os órgãos dirigentes têm a responsabilidade de apoiar as escolas na aplicação da política educacional estabelecida pelas diretrizes. As escolas assumem compromissos e são apoiadas no seu cumprimento. Será preciso melhorar ou estabelecer canais de comunicação entre o

órgão central, as Diretorias Regionais de Educação (Direc) e as escolas. As diretrizes são normas às quais todos têm que se alinhar, mas com a autonomia de organização em suas escolas.

Cooperação

O Governo do Estado tem a consciência de que a mudança na educação tem que se dar com todos os entes federados: o MEC, que deve assumir o papel constitucional da União, de cooperação técnica; o estado e os municípios com a incumbência direta de atuar na educação por meio do atendimento escolar. A divisão das responsabilidades está clara: a educação infantil é dos municípios, o ensino fundamental é dos dois, e o ensino médio é do estado. É essencial que haja interação com os municípios, porque no ensino médio o estado recebe grande número de alunos oriundos dos municípios e dá continuidade à educação já realizada por eles. Se os alunos estiverem bem preparados, facilitará a tarefa e os resultados serão bons. Então, todos os atores têm que atuar em conjunto para melhorar a qualidade na educação. O governo quer interagir mais com os municípios, independentemente de relação partidária. Eles já colaboram muito com o estado no transporte escolar. É preciso encontrar soluções conjuntas para os problemas e aperfeiçoar o processo de cooperação entre estado e municípios. Se não houver interação,



O Governo do Estado tem a consciência de que a mudança na educação tem que se dar com todos os entes federados: o MEC, que deve assumir o papel constitucional da União, de cooperação técnica; o estado e os municípios com a incumbência direta de atuar na educação por meio do atendimento escolar ●

como estabelece a Constituição, não haverá avanços.

Formação

A formação inicial tanto quanto a continuada dos profissionais da educação são fundamentais para elevar a qualidade da educação no estado. A formação continuada deve ser permanente para todos. O Instituto Anísio Teixeira (IAT), que é o centro de formação de professores da Secretaria, vem firmando novas parcerias e convênios no intuito de ampliar a oferta de cursos, tanto na modalidade presencial quanto à distância. Já foi firmado um acordo com o MEC para ofertar uma especialização em gestão escolar através de uma parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além disso, foi criado um consórcio entre a Universidade Aberta do Brasil, a Secretaria e as quatro universidades estaduais, com

o objetivo de ofertar formação inicial para professores da rede estadual e dos municípios. O Governo do Estado quer oferecer este ano, 8 mil vagas para a formação superior de professores. A meta é garantir até 2010 a formação superior para os cerca de 16 mil professores que não a possuem.

Direc

As Direc terão que mudar o seu perfil, assumindo uma postura menos burocrática e exercendo muito mais a gestão pedagógica. A concepção do Governo é de um órgão descentralizado, próximo das escolas, que leve a elas as orientações e a visão de gestão da educação da Secretaria. A proposta pedagógica da Secretaria tem seu foco na aprendizagem, portanto, centrada nas ações que se desenvolvem nas escolas. É a partir daí, das questões relacionadas com o processo e a dinâmica da aprendizagem, que serão orientados a formação de professores, os projetos pedagógicos, o processo de ensino, entre outros. Tudo deverá estar voltado para a melhoria da aprendizagem que acontece nas escolas e as Direc são fundamentais para este acompanhamento. Para que elas possam cumprir com eficácia esse papel, foi iniciado o processo de revitalização com a realização de encontros de formação e distribuição de equipamentos tais como: computadores, impressoras, máquinas digitais, condicionadores de ar, bebedouros e veículos.

Escolas

Foi realizado um levantamento das estruturas físicas das escolas e ela-

borado um plano de reforma. No planejamento estratégico e no Plano Plurianual da Secretaria, foram contempladas as demandas de reforma. Algumas intervenções de grande porte estão sendo conduzidas pela Secretaria e outras de pequeno porte pelas próprias escolas, por meio de repasse de recursos. O governo estadual obteve a aprovação no Ministério da Educação (MEC) do Plano de Ações Articuladas (PAR) que garante recursos para a Bahia conduzir uma ampla reforma de escolas no período de quatro anos. Para este ano, foram aprovados R\$100 milhões para reformas e construção de escolas, com obras já iniciadas. Além disso, o governador acrescentou mais R\$ 53 milhões do estado. A Secretaria também está recebendo recursos para investimento em projetos educacionais que considera prioritários para as mudanças, que contemplam materiais e ações pedagógicas. A escola deve ser um lugar agradável e atrativo. Esse ambiente é resultado da vida escolar, dinamizada pelas ações educativas e também pela infra-estrutura das escolas.

Tecnologia

O novo tempo da educação, em meio a uma sociedade cada vez mais globalizada, requer a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), e nesse sentido a informática torna-se uma ferramenta imprescindível, um instrumento de trabalho necessário a todas as escolas. Esta informatização implica no acesso a fontes de informações e conhecimentos como portais, banco de dados, bibliotecas virtuais, via internet. A meta é que essa tecnologia chegue a todas as escolas. No docu-

mento Princípios e Eixos da Educação Baiana, a inovação e tecnologia são consideradas como instrumento pedagógico a serem utilizados.

TOPA

O governo tem a meta de alfabetizar 2 milhões de baianos até 2010. O poder público, sem exceção, participa, e a interação com a sociedade civil é fundamental. Os grandes desafios são o controle de qualidade que o estado quer implementar no processo de alfabetização, destacando-se a necessidade de formação de apoio aos alfabetizadores e uma inserção dos egressos do TOPA em programas de continuidade dos estudos no ensino fundamental.

Para valorizar e estimular ações de alfabetização foi instituído o Prêmio Cosme de Farias, que vai reconhecer os projetos de educadores, entidades, empresas e municípios. Uma empresa que tem empregados analfabetos, por exemplo, poderá contribuir cedendo um horário da jornada de trabalho para que eles possam participar de um curso de alfabetização. São várias as formas de contribuição e o governo não quer negligenciar nenhuma. O poder público tem a responsabilidade pela orientação pedagógica e fiscalização do TOPA. Na primeira etapa, dos 417 municípios, 363 aderiram ao TOPA, além de 164 entidades ligadas aos movimentos sociais, o que superou todas as nossas expectativas.

Educação profissional

O governo entende que a educação profissional é importante para o desenvolvimento do estado, por isso criou a Superintendência de Educa-

ção Profissional. Durante anos, essa área ficou reduzida a uma pequena coordenação. São dois desafios importantes: ampliar o acesso à educação profissional pela expansão das escolas e do sistema, e por outro lado desenhar um novo perfil para essa expansão pela oferta de cursos adequados à contemporaneidade e às demandas da vocação regional. Neste ano, o governo começa a concretizar essa política com a oferta de 10 mil novas vagas na área.

Ensino Superior

O governo formulou uma política de educação superior para a Bahia que contempla o papel das universidades estaduais e também uma maior presença do Governo Federal, com a criação e a expansão de universidades federais. Dentro dessa nova política, foi estabelecido qual o papel de cada universidade no processo de desenvolvimento de sua região, o perfil de cada uma delas e até que ponto se pode expandir. No momento há a necessidade de revisão do processo de expansão de novos cursos das universidades estaduais para poder qualificar melhor os que já existem e estabelecer critérios de expansão. Existe um Grupo de Trabalho constituído intersecretarias, que mantém interação com as universidades, para analisar as questões mais importantes e urgentes das instituições. Também está em análise a proposição de critérios a serem pactuados, para distribuição de recursos do orçamento para as universidades e a conclusão da proposta de maior autonomia delas por meio da construção de uma nova estrutura institucional e revogação da Lei 7176/97.



Para valorizar e estimular ações de alfabetização foi instituído o Prêmio Cosme de Farias que vai reconhecer os projetos de educadores, entidades, empresas e municípios ●

Mais de 15 mil pessoas reunidas

Conferência
põe educação
nos trilhos
da democracia

A Bahia vislumbrou em atos o que não se ousava afirmar nem em discursos em anos anteriores. A realização da 1ª Conferência Estadual da Educação Básica mostrou que é factível construir verdadeiramente uma política de educação numa efetiva participação popular, com representantes dos múltiplos segmentos, de forma que se construa uma educação de todos. No mês de novembro, ocorreram 31 conferências regionais que reuniram 15 mil delegados e observadores, das quais saíram duas mil pessoas, conglomeradas na Escola Parque, em Salvador, viveram, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro, esse momento inaugural da democracia participativa nas escolas da Bahia.

Foi na abertura da conferência que o governador anunciou medida que demonstra, sem qualquer lugar para dúvida, qual é a intenção do Governo do Estado para com as escolas: estabelecer, a partir delas, o grau mais agudo de democracia na Bahia. O

governador anunciou a eleição direta para os diretores e vice-diretores da rede estadual, o que deve acontecer até o final deste ano, após aprovação de projeto que está sob análise da Casa Civil e da Procuradoria Geral do Estado para, depois, seguir para a Assembléia Legislativa e ser votada pelos deputados estaduais.

O governador declarou ainda que deixará a cargo das comunidades escolares o novo batismo das escolas estaduais, buscando homenagear personagens que se identifiquem com estas comunidades ou que realmente contribuíram para a construção de novos rumos para a educação.

Mas o clima de conferência, de diálogo aberto para a construção de uma Escola de Todos Nós se verificou ainda antes de se realizarem as 31 Conferências Regionais da Educação Básica. A mobilização também se deu em 43 municípios que realizaram uma espécie de aquecimento

para os encontros regionais. Em cada uma dessas conferências municipais viu-se o embrião da grande discussão que aconteceu entre 14 e 18 de abril de 2008, em Brasília, na 1ª Conferência Nacional da Educação Básica.

SISTEMA NACIONAL • O tema e palavra de ordem desse primeiro movimento conferencista da educação brasileira é “articulação”. Ao observar o Brasil como um corpo humano, constata-se que o sistema educacional é um grande e complexo organismo com falhas de comunicação que lhe compromete a saúde. Por isso a insistência na mesma tecla: a construção de um sistema nacional articulado de educação. Foi para contribuir com essa concepção que os conferencistas baianos desenvolveram propostas que tocam em 50 pontos da educação. Todas as propostas levantadas nos grupos temáticos, consensuais ou não, foram



Conferência Regional de Brumado.

sincretizadas e encaminhadas à Conferência Nacional. As propostas surgidas nas 31 conferências também foram enviadas.

CAPITAL E INTERIOR • A 1ª Conferência Estadual da Educação Básica propiciou o momento de estabelecer equilíbrio nas relações entre capital e interior, sem que o último fique a reboque das decisões emanadas de Salvador. A conferência reafirmou que o Governo do Estado quer mudar a educação com base na democracia, ouvindo as demandas da sociedade em todos os cantos da Bahia. Essa posição coaduna com o que foi apontado pelas discussões entre os representantes dos diferentes segmentos da educação – pais, estudantes, professores e dirigentes.

A sindicalista Marinalva Nunes, da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (Fetrab), entendeu que essa foi a grande novidade dessa primeira conferência. “A conferência

mostrou a mobilização e a vontade do interior em participar e promover novos rumos. É o interior buscando ser majoritário”, ressaltou.

Entre os 11 delegados que representaram os trabalhadores da educação pública na Conferência Nacional, oito foram do interior. A mesma proporção se estabeleceu entre os delegados do segmento dos dirigentes: dos cinco escolhidos, quatro são do interior do estado. Essa tendência mostrada pela conferência combina com a descentralização proposta pela Secretaria para a definição das políticas e das ações em educação na Bahia.

Da região de Prado, o pataxó Sadrage Francisco dos Santos será delegado em Brasília, em abril. “É importante ouvir e ser ouvido, construir propostas para a educação. E é importante representar meu povo e a Bahia”, comentou o indígena.

Propostas da 1ª Conferência Estadual da Educação Básica nas páginas 72 a 79.



O movimento conferencista propiciou o momento de estabelecer equilíbrio nas relações entre capital e interior. ●

Reda deixa de ser usado como instrumento político

Pela primeira vez na história da Bahia, vagas ofertadas por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) deixaram de ser alvo de apadrinhamento político para serem disputadas de forma democrática, através de seleção pública

°6.524

novos funcionários de apoio para as escolas •

A ação inédita atraiu 227 mil inscritos em todo o estado, um número bem acima do esperado, colocando a seleção pública entre uma das maiores do País em número de candidatos. Ao todo foram oferecidas 9.877 vagas para os cargos de professor, assistente de atividades administrativas, serviços gerais e auxiliar de alimentação escolar. A contratação temporária de professores foi adotada após serem esgotados todos os recursos para nomeação dos candidatos aprovados no último concurso, realizado em 2005 pela Secretaria Estadual da Educação (SEC).

Quando assumiu o governo, a atual gestão encontrou escolas inteiras sem professores. No interior do estado, onde se concentram 1.409 unidades da rede estadual, a maioria contava com funcionários contratados por indicação política, através do Reda. Em dezembro de 2006, expirou de uma só vez o prazo de 1.053 contratos, e, além disso, muitos funcionários



227 mil pessoas participaram da seleção pública



cedidos pelos municípios foram retirados pelas prefeituras. O déficit foi deixado sem avisos para a nova administração.

A primeira medida foi a suspensão de novas contratações por indicação. A partir daí, todos os contratados teriam que comprovar através de seleção pública que tinham mérito para assumir a função. O processo foi coordenado pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e selecionou, além de professores, profissionais de apoio administrativo, serviços gerais e auxiliar de alimentação (merendeira).

A mudança de critério na contratação temporária na maior secretaria do estado ofereceu para milhares de baianos a oportunidade do primeiro emprego. Para outros, foi a chance de retornar ao mercado formal. Os candidatos aprovados foram selecionados unicamente pelo mérito, com aplicação de provas objetivas para todos e também com avaliação de títulos para os professores. Candidatos às funções de apoio também fizeram prova, onde foram avaliadas as habilidades necessárias ao exercício de cada cargo. A relação de classificados foi publicada no Diário Oficial e no site oficial do concurso, contendo o nome, o número de RG e a pontuação de cada candidato, visando demonstrar a transparência que regeu todo o processo de seleção.

Aprovada para a função de assistente administrativo, a estudante de Pedagogia, Luciana Souza, 29 anos, destaca o nível de qualificação dos selecionados pelo Reda. Em função do grande número de candidatos, as vagas foram preenchidas somente com candidatos que acertaram 100% da prova. “A



Luciana Souza aprovada para assistente administrativo

seleção foi a coisa mais certa que o Governo do Estado fez, porque desempregados, porém qualificados, conseguiram atingir seu objetivo, que é o emprego, sem serem vítimas de indicações ou nepotismo”, desabafa. Luciana foi contratada para o Colégio Landulfo Alves, no bairro da Calçada, em Salvador.

Convocação • Foram convocados todos os 2.289 classificados na seleção pública para o cargo de assistente administrativo, além de 1.611 para o cargo de auxiliar de alimentação e 2.624 para a função de serviços gerais, totalizando 6.524 novos funcionários de apoio para as escolas. Com a contratação, eles passam a exercer funções de apoio importantes para o dia-a-dia das escolas, como o auxílio na entrega e organização de documentos, os serviços de limpeza e o preparo e a conservação dos alimentos da merenda escolar.

No Colégio Estadual Carneiro Ribeiro, no bairro da Soledade, em Salvador, o reforço de seis assistentes administrativos agregou qualidade ao atendimento ao público e possibilitou maior

concentração da direção escolar nas questões relacionadas à aprendizagem dos alunos. “A seleção pública supriu uma carência de funcionários. Temos 2.000 alunos e 70 professores, o que gera um fluxo muito grande de demandas administrativas”, afirma o diretor Ednaldo Freitas. Ele comemora a diminuição no volume de processos pendentes e a possibilidade de se dedicar mais às questões pedagógicas.



A seleção foi a coisa mais certa que Governo do Estado fez, porque desempregados, porém qualificados, conseguiram atingir seu objetivo, que é o emprego, sem serem vítimas de indicações ou nepotismo”.

Luciana Souza - contratada pelo Reda para o Colégio Landulfo Alves, em Salvador. ●



Os candidatos aprovados foram selecionados unicamente pelo mérito, com aplicação de provas objetivas para todos e também com avaliação de títulos para os professores.

Governo contrata cinco vezes mais professores concursados

6.346 novos professores foram encaminhados às escolas da rede, sendo 2.546 deles aprovados no último concurso e 3.800 contratados por meio de seleção pública.

Numa demonstração clara de que a contratação de professores aprovados em concurso público é uma prioridade da Secretaria da Educação (SEC), foram nomeados cinco vezes mais professores concursados do que o realizado em todo o ano de 2006. Foram 2.546 nomeados de janeiro a novembro de 2007, contra 471 no ano anterior. Apesar de o concurso ter sido realizado em 2005, foi no atual governo que a grande maioria dos professores concursados teve seu direito assegurado.

A contratação imediata de professores concursados contemplou todas as vagas onde havia candidatos aprovados aptos a assumir o cargo. Somente em localidades onde o edital do concurso de 2005 não ofereceu o número de vagas suficientes, ou até mesmo em municípios onde a demanda era desconhecida, a SEC realizou contratação através do Reda. Mesmo utilizando-se de contratos temporários, a Secretaria não abriu

2.546

nomeados de janeiro a novembro de 2007, contra **471** no ano anterior. •

mão de valorizar o mérito de todos os candidatos. Para isso, realizou a maior seleção pública do País de que se tem notícia nos últimos anos na área de educação.

Aprovada no último concurso, a professora de Matemática Juliane Rouillet, 23, é um exemplo de que a SEC esgotou todos os recursos para suprir as vagas existentes com a nomeação de professores concursados. “Quando soube do Reda, achei que não mais seria convocada, imaginan-

do que ocorreria algum desvio com a contratação de temporários do interior na capital. Hoje, percebo que não houve isto”, relata Juliane Rouillet, que foi efetivada no Colégio Edson Carneiro, em São Caetano.

Com essas medidas foi possível suprir a carência de 4.664 profissionais registrada em janeiro de 2007, e ainda resolver demandas que foram surgindo, como as vagas de professores aposentados e em licença. No total, 6.346 novos professores foram encaminhados às escolas da rede, sendo 2.546 deles aprovados no último concurso e 3.800 contratados por meio de seleção pública.

Outras medidas foram adotadas para suprir o máximo de vagas possível com professores efetivos. Uma delas foi a ampliação da carga horária de professores efetivos com 20 horas que quiseram passar a atuar com 40 horas semanais. Os professores excedentes também foram realocados para suprirem as vagas.

Colégio Estadual
José Augusto
Tourinho Dantas

Desafio nacional

Resolver o *déficit* de professores, principalmente nas áreas de Matemática, Química e Física, é um desafio nacional. Pesquisa recente realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas (Inep/Mec) aponta que em todo o Brasil faltam 250 mil docentes, no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental (5ª à 8ª). Na Bahia, esse *déficit* também existe. As vagas oferecidas em concurso não conseguem ser supridas e, para garantir professores em sala de aula, a única opção que resta ao governo é lançar mão de contratações temporárias.

O último concurso da SEC, por exemplo, ofereceu 405 vagas para a disciplina de Física, mas somente 382 candidatos se apresentaram no dia da prova e 191 alcançaram a pontuação mínima para aprovação. Na área de Química, o concurso ofereceu 481 vagas, 392 candidatos compareceram à prova e 248 foram aprovados. Há ainda o agravante de que muitos aprovados não possuem a Licenciatura Plena, o que contraria o edital e impede a nomeação do candidato. O aproveitamento do concurso nessas disciplinas não passa de 50%.

2.636

professores beneficiados com mudança de nível

Em maio de 2007, a SEC contemplou 2.636 professores da rede estadual da educação com a mudança de nível, que corresponde ao avanço na carreira do magistério em função da qualificação do docente. Este número supera em mais de 60% o total realizado em todo o ano anterior. A medida só foi possível porque, em defesa da valorização do servidor, a SEC realocou recursos de outras áreas para conceder o benefício à categoria, visto que não estava previsto no orçamento deste ano, definido pela gestão anterior.

A mudança representa um reajuste expressivo no vencimento básico. No caso dos professores que recebiam como nível 1 e migraram para o nível 3, a diferença salarial é de R\$ 314,12, ou seja, recebiam R\$ 669,38 e passam a receber R\$ 983,50; já aqueles que avançaram do nível 3 para o 4 tiveram um ganho salarial de R\$ 196,68, passando de R\$ 983,50 para R\$ 1.180,18. O esforço do Governo do Estado em contemplar os servidores com esse benefício reflete seu compromisso de investimento contínuo na valorização profissional.



Centro Educacional Carneiro Ribeiro - Classe II

1.610

professores contemplados com avanço horizontal

O Governo do Estado concedeu avanço horizontal a 1.610 servidores. Foram beneficiados professores e coordenadores pedagógicos aprovados no processo de certificação ocupacional da classe A para a classe B, com os nomes divulgados no Diário Oficial. O benefício representou um acréscimo de R\$ 5 milhões/ano aos cofres do estado. A diferença salarial foi retroativa ao mês de maio de 2006.

Embora o número de professores certificados tenha sido 2.600, os demais não foram contemplados por não atenderem a requisitos legais. Ou seja, são professores que, até maio, não tinham passado do estágio probatório, ocupavam cargos comissionados de diretor ou vice-diretor, estavam sem atividade ou fora da carreira do magistério. Mesmo considerando que a certificação deva ser fruto de uma avaliação global e não somente de mérito pessoal, o governo reconheceu e buscou garantir o cumprimento da legislação vigente.



Escola Estadual Leopoldo dos Reis

Novo Plano vai formar mais **16** mil e zerar déficit

A ação expressa um regime de colaboração entre o estado e os municípios. Nas redes municipais, mais de 60 mil professores não possuem licenciatura ou qualquer outra graduação.

Oferecer formação a 16.377 professores da educação básica do estado que ainda não possuem nível superior, é um dos compromissos da Secretaria da Educação. A medida atende à Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), que estabelece o prazo de dez anos, vencido em dezembro de 2006, para que todos os professores em regência de classe tenham licenciatura plena para continuar a exercer o magistério. O novo plano de formação abrange não só os professores, como também todos os profissionais da educação que atuam nos sistemas educacionais do estado e dos municípios.

Associado ao Plano de Cargos e Salários da Secretaria, o novo plano defende o investimento na formação continuada e também na manutenção de especialistas, mestres e doutores na rede, para garantir a pesquisa, a experimentação e o desenvolvimento de novas metodologias. O plano também expressa um regime de colaboração entre o estado e os

Escola de Gestores

Quanto à formação dos dirigentes escolares, a SEC firmou convênio com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a União de Dirigentes Municipais da Educação (Undime) para criação do chamado Programa Escola de Gestores. No ano passado, o programa contemplou 400 gestores (200 da rede estadual e 200 das redes municipais) no curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância.

Ao final do curso, cada dirigente deverá apresentar um plano de gestão a ser implantado no colégio no qual atua. O Programa Escola de Gestores parte do entendimento de que a formação continuada é um direito dos profissionais da educação. Todos os cursistas se encontram no exercício da função, possibilitando que os aspectos teóricos se articulem com os problemas concretos da própria rotina de trabalho.

municípios. Nas redes municipais, mais de 60 mil professores não possuem licenciatura ou qualquer outra graduação. Os editais de todos os concursos posteriores à Lei 9.394 determinam como pré-requisito para o ingresso no magistério público a licenciatura plena.

No primeiro semestre do ano passado, 4.555 professores participavam de cursos de licenciatura nas universidades públicas do estado, além de um curso promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC/Rio) e outro pela Universidade de Salvador (Unifacs). Outros 3.812 participam de programas de formação continuada que ocorrem nos cursos de aperfeiçoamento, treinamento, oficina e eventos relacionados à educação. A SEC tem priorizado as disciplinas da área de Ciências da Natureza, a exemplo de Matemática e Física, na qual há poucos professores formados.

Para a construção dessa nova proposta foram realizados debates, seminários

e videoconferências com a participação de aproximadamente 1.600 membros da comunidade, além da parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e sindicatos dos docentes, tais como a Associação Classista de Educação do Estado da Bahia (Aceb), Associação de Professores Licenciados da Bahia (APLB) e a Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (Fetrab). A proposta foi coordenada e executada pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT), centro de formação profissional da SEC.

Para a diretora da Aceb, Olívia Mendes, o diálogo é fundamental para a implementação de novos parâmetros na formação dos professores: "É preciso que esses cursos estejam cada vez mais conectados à realidade de cada professor". Os cursos de formação não atingirão apenas os docentes, mas todos aqueles que trabalham nas escolas públicas do estado, merendeiros a pedagogos.

Já Marinalva Nunes, dirigente da Fetrab, ressalta o fato de a Secretaria ter a sensibilidade de ampliar o olhar sobre a escola e contemplar todos os profissionais e não só o corpo docente. "Temos de redefinir o papel não só do educador, mas de todo servidor público, principalmente em áreas essenciais como educação", defende.

°No primeiro semestre do ano passado, 4.555

professores participavam de cursos de licenciatura nas universidades públicas do estado. Outros **3.812** participam de programas de formação continuada •

R\$ 6 milhões na contratação emergencial de professores

Para garantir o funcionamento de cursos criados sem planejamento e dotação orçamentária, o governo liberou recursos da ordem de R\$ 6 milhões investidos na contratação de 349 professores nas quatro universidades estaduais – Uneb, Uefs, Uesb e Uesc. A medida impediu que mais de 700 disciplinas ficassem paralisadas por falta de professores, e amenizou o grave problema resultante da expansão desordenada. Para a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), por exemplo, foram contratados 185 professores destinados a suprir 26 cursos criados entre 2005 e 2006, num investimento de R\$ 3,2 milhões.

A contratação dos professores para atender a essa demanda, em todas as universidades, se deu através de seleção pública, a fim de que se assegure, num processo democrático, a qualidade da formação acadêmica dos futuros profissionais. Agora, cada novo curso criado deverá trazer consigo necessidades de novos professores, ampliação de infra-estrutura física e pedagógica e aumentos orçamentários, aspectos que não foram planejados nem supridos no momento da criação dos cursos e que agora

se acumulam.

As universidades também acumularam débitos. Somente na Uneb, a maior universidade estadual, com 24 campi e 146 cursos, a dívida deixada era de R\$ 10,8 milhões. O reitor Lourivaldo Valentim explica que esta é a consequência de uma política equivocada dos últimos anos: “O orçamento da universidade registrava déficit há dez anos. Chegamos a um momento crítico, mas hoje, finalmente, dialogando, encontramos a solução”.

No ano passado, o governo sanou os débitos das quatro universidades estaduais. Com um orçamento inicial de R\$ 408 milhões, as universidades tiveram uma suplementação orçamentária na ordem de R\$ 52 milhões, ou seja, um acréscimo de 12,74%, totalizando R\$ 460 milhões. A Uesb recebeu a suplementação que foi pedida. “Dos últimos seis anos, 2007

°**As universidades estaduais receberam em 2007 R\$ 460 milhões** (verba 20% superior à que foi repassada em 2006). •

foi o melhor em termos de resolução dos nossos problemas financeiros”, afirma o reitor Abel Rebouças.

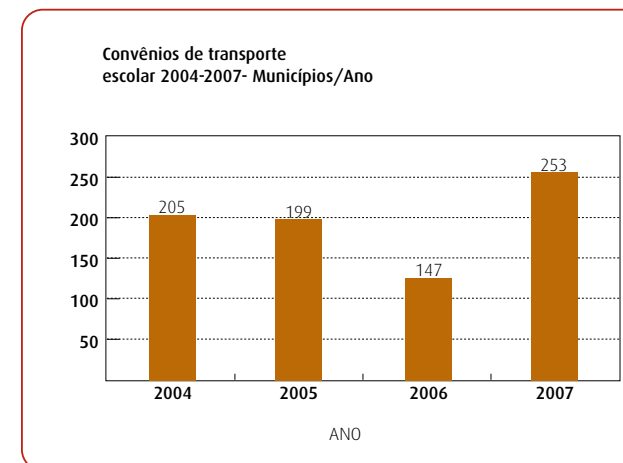
Grupo de Trabalho • Outras ações, visando ao desenvolvimento da educação superior, foram adotadas como prioridade, a exemplo da criação do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), composto de representantes das seguintes Secretarias Estaduais: Educação, Ciência e Tecnologia, Fazenda, Administração, Planejamento e Relações Institucionais. O grupo desenvolveu um estudo das questões orçamentário-financeiras e de pessoal das universidades estaduais. A finalidade é propor diretrizes que viabilizem a condução das políticas de educação superior no estado.

O GTI adotou como metodologia de trabalho a realização de reuniões, entrevistas a gestores, representantes do corpo docente, técnico-administrativo e estudantes, além da análise de documentos das universidades, da Auditoria Geral do Estado e de publicações relativas à educação superior no Brasil. O relatório final está sendo discutido com os reitores e a comunidade acadêmica para subsidiar novas ações sobre as universidades.

Investimento em transporte escolar triplicou

A Secretaria Estadual da Educação (SEC) já garantiu R\$27 milhões em seu orçamento para o transporte escolar neste ano, o que representa um investimento de R\$10 milhões a mais do que o valor gasto ano passado, e mais de três vezes superior à quantia de pouco mais de R\$ 7 milhões destinada em 2006. A expressiva ampliação foi possível porque o Governo do Estado fez uma suplementação de R\$12 milhões para o setor, possibilitando que o repasse por aluno para as prefeituras dobre com relação aos anos anteriores.

Seguindo os princípios democráticos, a dinâmica de distribuição dos recursos para os municípios foi modificada. A novidade é a criação, pela SEC, de uma portaria que fixa condições e critérios de distribuição desses recursos de acordo com a extensão territorial dos municípios. Os valores variam de R\$ 0,80 a R\$ 1,20/dia, por aluno do ensino médio. No ano passado, foi utilizada a tabela do Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), do Mi-



nistério da Educação (MEC), que varia de R\$ 0,43 a R\$ 0,50 por aluno de ensino médio/dia.

O compromisso do governo estadual é assegurar o transporte escolar para todos os municípios e garantir o acesso à educação dos alunos na zona rural, onde quer que eles residam. Em 2007, a SEC destinou R\$17 milhões do orçamento a 253 municípios conveniados. No entanto, existem municípios que não receberam todas as parcelas devido a pendências de prestação de contas e documentação por parte das prefeituras.

Todos os municípios que possuem alunos do ensino médio na zona rural que dependem do transporte escolar têm direito a receber os recursos, independentemente de agremiação política, basta procurar a Secretaria ou Diretorias Regionais de Educação (Direc) para firmar o convênio.

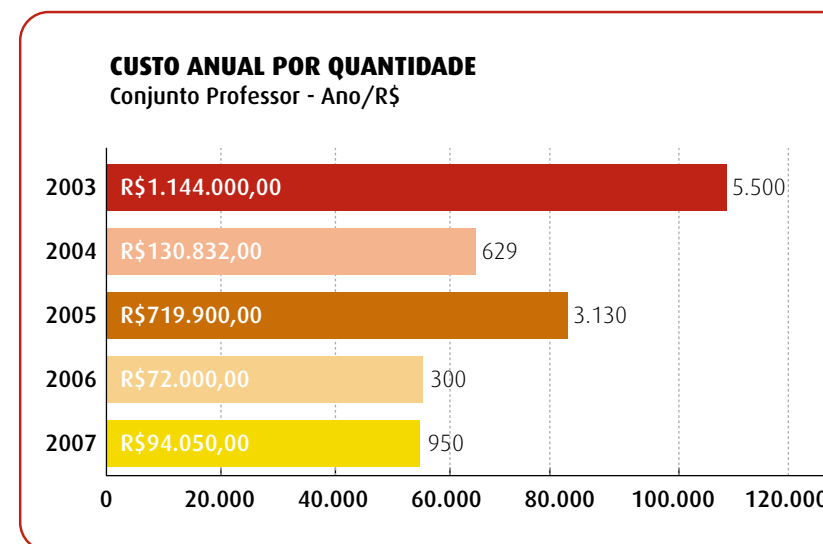
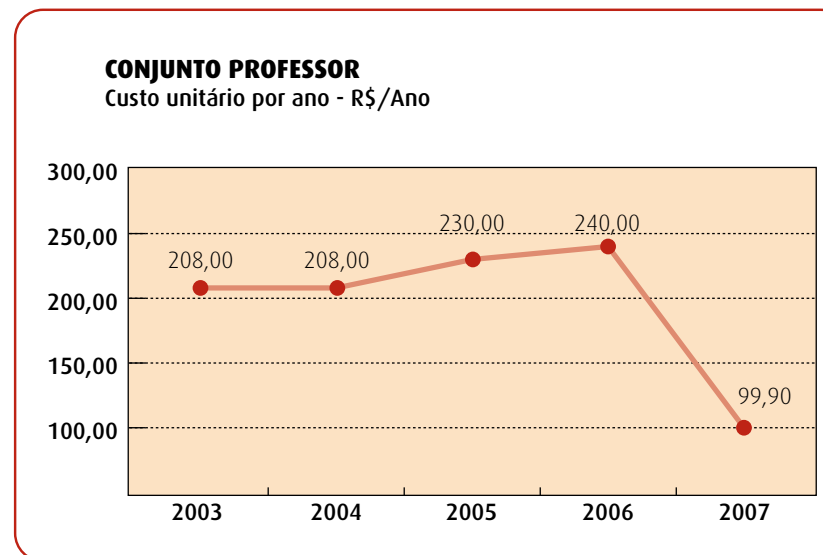
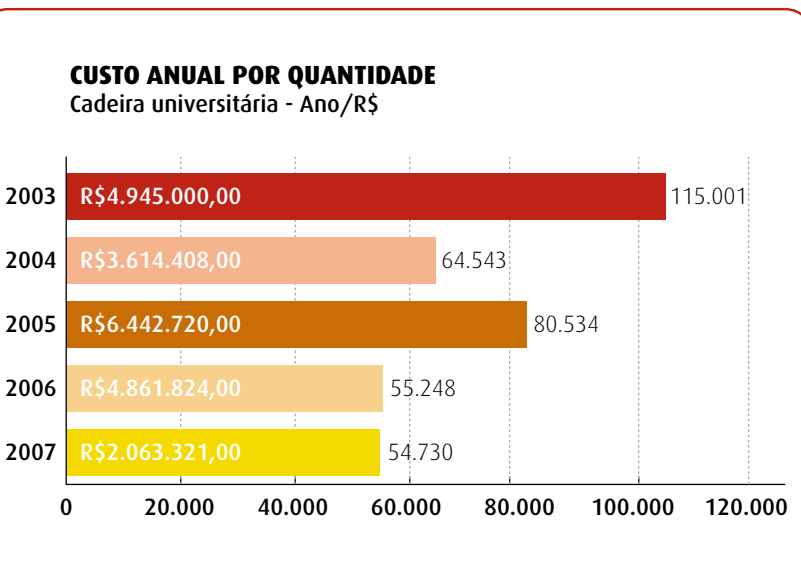
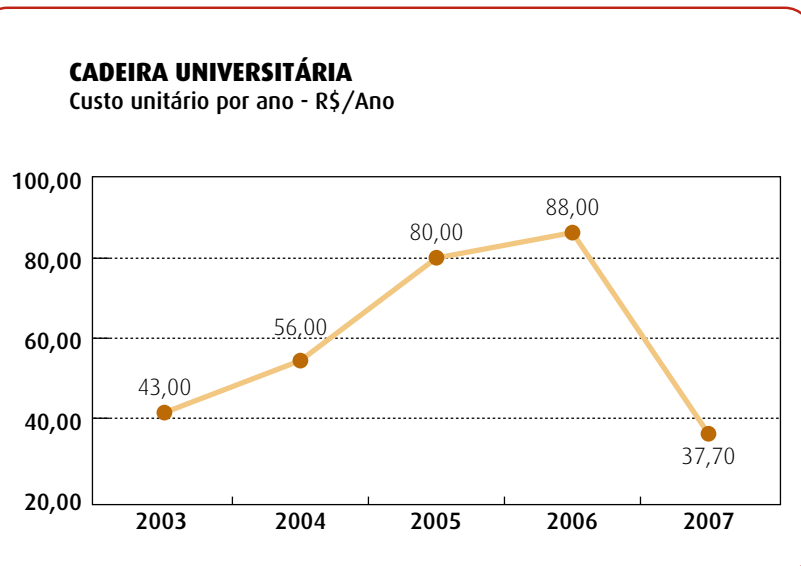
Além das constantes ampliações dos recursos para transporte escolar, a SEC também vem adotando outras estratégias para incentivar e possibilitar o acesso dos estudantes que vivem na zona rural ao ensino médio. Para este ano, está prevista a construção de 32 escolas em distritos ou povoados. Outra ação é a implantação do projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica via satélite, que começa a funcionar no segundo semestre e, só neste ano, vai atingir 300 localidades e beneficiar 12 mil alunos. A meta é chegar a 2010, presente em mil localidades, atendendo a 120 mil alunos. A idéia é atingir os estudantes dos lugares mais distantes, que não têm acesso a transporte para se deslocarem até a escola. As aulas serão transmitidas através de um sistema de imagens e haverá um mediador de base em cada localidade para permitir a interação do aluno.

Transparência e economia com uma medida só

SEC suspende convênio irregular e economiza R\$ 3,3 mi com fornecedores

A compra de carteiras escolares na rede estadual da Bahia não seguiu a lógica da inflação. Em vez de aumentar, o preço do mobiliário caiu incríveis 68%. Uma carteira que em 2006 era comprada por R\$88, foi adquirida ano passado por R\$37,70, gerando uma economia de R\$ 2,75 milhões, o que possibilitou comprar o dobro de carteiras previstas no enxuto orçamento. Ao contrário do que se pode imaginar, a qualidade não foi sacrificada em função do preço, sendo até considerada superior pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped), da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). O que fez a diferença na hora da compra foi a suspensão de convênios suspeitos que o estado vinha mantendo com Ongs desde 1998.

Com cerca de R\$ 2 milhões reservados no orçamento, que só dariam para comprar 22 mil carteiras, a redução do preço possibilitou a aquisição de 54.730 carteiras escolares. Além disso, foram economizados R\$ 133 mil na compra de 950 conjuntos para professor (mesa e cadeira), que eram em 2006 comprados por R\$ 240, e foram agora adquiridos por



R\$ 99,90. Também o gasto com impressos foi reduzido significativamente, gerando uma economia real de R\$ 445 mil – todos os impressos foram comprados por R\$ 233 mil. Durante o ano passado, a Secretaria da Educação economizou um total de R\$ 3,3 milhões só com impressos e mobiliário

(carteira do aluno e conjunto professor).

Auditoria • “Os convênios previam a capacitação de jovens, mas foram usados para vender materiais a alto custo. O que parece é que foi uma ferramenta para burlar o processo licitatório”, denunciou a auditora-geral do estado,

Miriam Tereza Freitas. Ela explica que, somente entre 2003 e 2006, foram investidos R\$ 18,5 milhões na compra de carteiras escolares por meio de 11 convênios firmados pela SEC e a Organização do Auxílio Fraternal (OAF). O objeto dos contratos, que somaram R\$ 24,6 milhões, era a capacitação de 2,2 mil jovens carentes, mas na prática serviu para a aquisição de carteiras escolares, impressos, bandeiras e camisetas.

Os convênios passados incluíam um acréscimo no preço das carteiras, que seria utilizado para financiamento de atividades profissionalizantes com jovens carentes, mas esse trabalho nunca foi acompanhado nem fiscalizado. A compra era feita através de um convênio de cooperação técnica e o valor adicional seria para sustentar as obras sociais.

A Auditoria Geral do Estado (AGE) está investigando os convênios e ainda não tem um parecer final. Depois da conclusão dos trabalhos, os relatórios serão enviados à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e ao Ministério Público Estadual para apuração. Se os indícios de irregularidade forem confirmados, o caso deve ser levado à Justiça e os responsáveis, obrigados a restituir ao estado.

Os convênios com a OAF resultaram na compra de 225 mil carteiras escolares que custaram, cada, R\$ 80 (2005) e R\$ 88 (2006). Ano passado, a Secretaria adquiriu a unidade da carteira por R\$ 37,70. Os números, segundo a AGE, trazem indícios de superfaturamento em anos anteriores. A auditoria apurou também que em alguns documentos a data da entrega dos móveis é anterior à data da celebração dos convênios.

Mais de meio milhão economizado no IAT



O Instituto Anísio Teixeira (IAT), centro de formação da Secretaria da Educação, economizou R\$ 675 mil com a racionalização de gastos em 2007. Medidas simples, que envolvem desde o tradicional cafezinho até a vistoria de contratos administrativos, contribuíram para mudar a dinâmica da aplicação dos recursos públicos. Somente com a revisão no contrato da empresa responsável pelo transporte de professores que chegam do interior para participar de cursos na capital foi possível economizar R\$ 592 mil.

Antes, um docente chegava à Rodoviária e se dirigia ao IAT através de um táxi. O pagamento era efetuado por uma empresa terceirizada, que cobrava o preço das viagens ao IAT. O problema é que não havia o menor controle das faturas. Bastou a autorização da Agerba, que deu acesso aos ônibus do IAT à rodoviária, para que a economia se tornasse possível. Hoje, os professores são trazidos num ônibus contratado para esta tarefa.

O norte é reduzir os gastos administrativos sem perder o foco no princípio da eficiência. Ao serem detectadas fragilidades no controle de pequenas despesas, foram implantados sistemas de controle mais rígidos em todos os processos de consumo, contemplando desde a utilização de telefone, água e luz, passando pelo uso de veículos oficiais e táxi, até os gastos com alimentação, aquisição de material e pagamento de diárias.

Também foi suspenso o contrato com a empresa Vitalmed, já que foi estabelecida uma parceria mais vantajosa com a Secretaria Municipal da Saúde. O posto do Serviço Atendimento Médico de Urgência (Samu), na Avenida Paralela, foi deslocado para o prédio do IAT, passando a atender aos funcionários do Instituto, sempre que necessário, sem prejudicar os serviços oferecidos pelo Samu à população. A parceria vai resultar numa economia de R\$ 78 mil por ano.

Foram economizados exatos R\$ 675 mil

Recorde no repasse de recursos às escolas

SEC cria 5ª parcela do Faed e prepara a rede para novo ano letivo

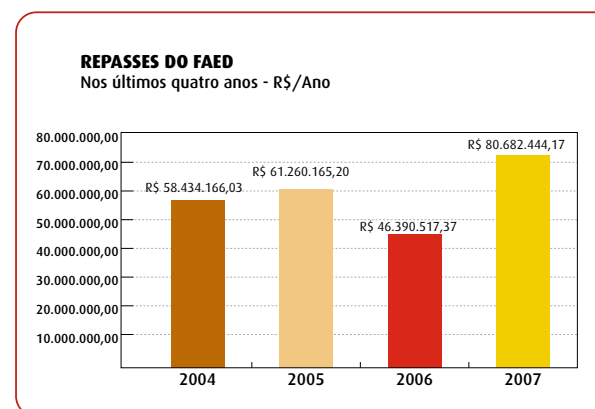
As escolas da rede estadual nunca receberam tantos recursos quanto em 2007. Foram descentralizados exatos R\$ 80,6 milhões destinados à restauração da rede física, aquisição de equipamentos e compra de material de consumo. Pela primeira vez nos últimos quatro anos, o Fundo de Assistência Educacional (Faed) funcionou conforme manda a lei, com o repasse das quatro parcelas devidas às escolas. Mas o governo foi além. Com o objetivo de preparar a rede para a chegada do ano letivo, em março, já descentralizou recursos da ordem de R\$ 14,6 milhões, que correspondem a uma 5ª parcela do Faed e recursos extras destinados à adequação da estrutura física para os novos alunos.

Esse aporte representou R\$ 30 milhões a mais do que as escolas haviam recebido em 2006, que chegou a pouco mais de R\$ 46 milhões. O aumento foi possível devido à economia realizada nas contas da Secretaria, principalmente com a aquisição de materiais, antes realizadas através de convênios suspeitos. Este ano, todas as escolas receberam recursos para pequenos reparos e outras estão passando por grandes reformas. Além disso, no ano passado, 18 escolas tiveram suas construções concluídas.

Com recursos do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), 555 escolas receberam laboratórios de informática com dez computadores e uma impressora laser. Para a adequação física dos laboratórios, o estado investiu R\$ 2,8 milhões.

Os esforços para recuperar a rede física das escolas, no entanto, não vão parar. Para este ano, a SEC já assegurou recursos na ordem de R\$ 153 milhões para reformas e construções de 31 novas unidades escolares. Parte dessa verba – R\$ 100 milhões – é do governo federal e os outros R\$ 53 milhões do tesouro estadual.

Superação • Em 2007, todas as 1.753 escolas necessitavam de algum tipo de intervenção, de grande ou pequeno porte. Problemas nas redes hidráulica e elétrica, nos telhados, falta de esquadrias e necessidade



de pintura eram somados a outras demandas. Ao final do ano o balanço foi: todas as escolas da rede foram contempladas com reparos ou reformas, e, este ano, a Secretaria não vai poupar esforços para revitalizar as escolas.

O Faed • Instituído por decreto, o Faed é um fundo especial de natureza contábil, que visa a proporcionar a transferência de recursos financeiros para as escolas públicas. O fundo é composto de recursos oriundos do FNDE/MEC e do Tesouro Estadual, e possibilita que cada escola faça o gerenciamento de sua verba e o atendimento das prioridades eleitas pela comunidade escolar, com conseqüente melhoria da qualidade do ensino. Os repasses são divididos em até quatro parcelas, com valores que variam de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil, a depender do porte da escola. No caso daquelas que recebem o valor mínimo, com até 120 alunos, o recurso é pago em parcela única; já para as demais, é dividido em quatro parcelas, que são liberadas nos meses de março, junho, setembro e dezembro. Em 2006, metade das escolas da rede recebeu apenas duas parcelas e nenhuma chegou a receber a quarta.

SEC e comunidade unidas pela **revitalização** das escolas

No primeiro ano de gestão, os lemas foram “mobilização” e “mãos à obra”. Uma das saídas para amenizar o quadro desolador da rede física e da gestão escolar foi mobilizar as comunidades em uma força-tarefa para, junto com a Secretaria, transformar a escola em um ambiente mais agradável. Inicialmente, foram realizados mutirões em 50 escolas da capital e, em um segundo momento, um ciclo de oficinas pedagógicas. Este ano, outras 100 escolas serão contempladas, na capital e no interior.

O projeto de revitalização inclui ainda oficinas com gestores, para discutir aspectos como proposta pedagógica, recursos humanos e gestão democrática.

Nos mutirões são realizados reparos em pintura, limpeza, consertos e jardinagem. Para esta ação, a Secre-

taria destinou R\$ 560 mil. Equipes de engenheiros e técnicos da SEC vão até as escolas para levantar as necessidades e saber se os diretores têm interesse em mobilizar a comunidade para o projeto de revitalização.

A dona-de-casa Augusta da Silva Santos, 33, mãe de três alunos do Colégio Estadual Juracy Magalhães Júnior, foi uma das mais dispostas no mutirão. Ela, que é representante dos pais no colegiado escolar, não mediu esforços para melhorar o aspecto da escola: lixou e pintou as paredes externas das salas de aula, como já fez na reforma da própria casa. “Quero participar da melhoria da escola de meus filhos. Toda essa limpeza e pintura fazem diferença, porque o ambiente fica mais limpo e organizado. Quem chega já percebe que está melhor”, afirma.

Este ano, outras 100 escolas serão contempladas, na capital e no interior. •



“Quero participar da melhoria da escola de meus filhos”.

Augusta da Silva Santos, mãe de três alunos do Colégio Estadual Juracy Magalhães.

Culminância da ação de revitalização

Na segunda etapa da intervenção, no final do ano passado, foram realizadas com as 50 primeiras escolas oficinas de apoio à gestão e orientação pedagógica. Diversos setores da SEC se envolveram nesta ação. As Superintendências de Recursos Humanos (Sudepe) e a Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional (Supav) cuidaram, respectivamente, dos procedimentos de programação dos horários e da organização dos colegiados escolares e dos grêmios estudantis. Enquanto a Superintendência de Educação Básica (Sudeb) orientou a construção das diretrizes para os projetos político-pedagógicos e didáticos.



647 novos laboratórios de informática

A rede estadual de ensino passará a contar com mais 647 laboratórios de informática. O Ministério da Educação (MEC), por meio do Proinfo, disponibilizou os equipamentos e a Secretaria da Educação investiu R\$5 milhões para adequação dos laboratórios. Esses recursos serão empregados na instalação da rede lógica, pequenas reformas e mobiliário. Com a implantação dos novos laboratórios, 95% das escolas de ensino médio do estado terão instrumentos para promover a inclusão digital.

A previsão é que, este ano, todas as unidades escolares do ensino médio estejam munidas de laboratórios de informática. O esforço visa atender o compromisso do Governo do Estado de elevar o nível da aprendizagem através da inclusão digital. Os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) têm

papel fundamental na formação de professores, na oferta de cursos e no processo de tornar o aprendizado mais ativo. Estudos revelam que numa aula expositiva tradicional, o aluno só consegue assimilar 30% do conteúdo. Já o uso das tecnologias da informação permite que o professor redimensione seu fazer pedagógico.

Através desses laboratórios, os educadores terão ferramentas para dinamizar as aulas, tornando-as mais interessantes e, conseqüentemente, contribuindo para manter o aluno na sala de aula. Por meio da tecnologia da informação, os professores podem mostrar a Amazônia em três dimensões; já no ensino da Anatomia, podem mostrar ao aluno o coração pulsando. O Governo do Estado quer que todas as escolas tenham acesso às tecnologias da informação.



gestão democrática

SEC adere ao programa Gespública

A Secretaria da Educação aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), que tem a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. O programa se desenvolve em três linhas de ação: avaliação continuada, gestão do atendimento e desburocratização dos serviços – que contribuirão para a simplificação dos processos.

O programa, criado pelo Governo Federal via Ministério do Planejamento, tem em vista as peculiaridades do serviço público, que deve estar voltado para o cidadão, a partir da premissa de que a gestão de órgãos e entidades públicas deve ser de excelência, dentro dos padrões internacionais de qualidade, quem participa do Gespública adere a um processo de avaliação e melhoria contínuas. A avaliação da ex-



Encontro de formadores GESTAR 2007

celência dos órgãos levará em conta as especificidades da prestação dos serviços. O programa demonstra o compromisso para com a gestão dos recursos públicos, tendo foco no resultado das ações.

As instituições que aderem ao programa começam a ser avaliadas numa escala que chega a 250

pontos. Num total de três níveis, os órgãos públicos ainda são avaliados segundo uma margem intermediária de 500 pontos e, numa escala de excelência, até alcançarem o máximo de mil pontos. O ingresso no programa do Governo Federal não tem custo para o órgão de serviço público.



Escola Jesus Cristo

População terá acesso à **gestão financeira** das escolas

Com o programa Transparência na Escola, a Secretaria da Educação reafirma o compromisso do governo com a gestão democrática, permitindo que a população acompanhe e fiscalize a aplicação dos recursos públicos destinados às escolas. A partir de agora serão divulgados no site www.sec.ba.gov.br o recebimento e a execução dos recursos financeiros provenientes da União ou do Estado nas escolas da rede estadual.

Em 2007, 25 escolas participaram do projeto-piloto e, neste ano, outras 600 unidades da capital e do interior entrarão no programa. A idéia é que, nos próximos três anos, todas as 1.753 escolas disponibilizem seus dados na Internet.

O balanço financeiro será atualizado no dia 13 de cada mês. As escolas recebem periodicamente verbas do Ministério da Educação e do Governo do Estado que são repassadas diretamente para os diretores escolares. São recursos provenientes de programas federais como Fundescola e o Pro-

grama Dinheiro Direto na Escola (PDDE), destinados à melhoria das instalações físicas, além do Fundo de Assistência Educacional (FAED), em que o estado repassa recursos para manutenção e merenda escolar.

O Transparência na Escola, mais do que abrir a “caixa-preta” das escolas para a população, visa aproximar e integrar a comunidade ao universo escolar. A proposta é trazer a comunidade para dentro da unidade escolar e mostrar como e onde ela gasta seu dinheiro. À medida que sejam divulgadas suas contas, a comunidade pode decidir a melhor aplicação dos recursos. Um diagnóstico realizado, no ano passado, apontou que o sistema herdado era de decisões monocráticas.

°Nos próximos três anos, todas as 1.753 escolas disponibilizarão seus dados financeiros na Internet. ●

Escolas farão compromisso de gestão

Os resultados e metas da educação serão compartilhados com as escolas. A Secretaria vai propor este ano um Compromisso de Gestão da Qualidade da Educação com as 1.753 unidades escolares da rede estadual, no qual cada escola vai se comprometer a melhorar os seus resultados educacionais com foco na aprendizagem.

Mais do que uma declaração de intenções, o Compromisso de Gestão contém metas gerais que devem ser alcançadas tanto pela Secretaria quanto pelas escolas e inclui ainda metas específicas de fortalecimento institucional, visando atingir melhores resultados. A idéia é que toda a comunidade escolar se sinta co-responsável pelo processo educacional e seja estimulada a apresentar um plano anual descritivo das ações, mostrando as estratégias adotadas para alcançar as metas.

A proposta parte do pressuposto de que uma instituição existe para realizar eficientemente os seus fins - no caso das escolas: o aprendizado e a cidadania. O Compromisso de Gestão da Qualidade da Educação nasce da constatação de que quando a escola exerce a sua autonomia, ela própria traçando metas, os resultados são mais visíveis.

O compromisso e as metas devem ser assumidos pelo órgão central, Direc e pelas próprias escolas. A medida faz parte de um amplo esforço do Governo em mudar os vergonhosos índices educacionais apresentados pelo estado. Além dos indicadores nacionais, que devem sinalizar se os estabeleci-



Escola Estadual Getúlio Vargas

mentos de ensino conseguiram cumprir suas metas, o próprio compromisso virá acompanhado de um sistema de monitoramento e apoio.

Isso inclui visitas bimestrais das equipes das Diretorias Regionais de Educação (Direc) às escolas para avaliar como elas estão organizando o seu ambiente de aprendizagem, se as ações estão orientadas e focadas para o alcance das metas dispostas no pacto, entre outros. Também serão criados instrumentos para avaliação interna, pela própria escola, do desempenho de cada membro da comunidade escolar. As escolas têm o direito de escolher se vão aderir ou não ao Compromisso de Gestão da Qualidade da Educação.

Para viabilizar as ações, além de investir na infra-estrutura da rede e em material pedagógico, a Secretaria vai efetivar o fortalecimento institucional das Direc, promover a formação de dirigentes e técnicos e também investir na formação continuada das equipes gestoras das escolas estaduais. O compromisso vai estimular a organização e fortalecimento institucional dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis.

Eleição direta: aula de **democracia**

Governo e comunidade escolar constroem projeto de lei



O que se propõe é algo inédito: a SEC vai oferecer um curso a todos os interessados em se candidatar ao cargo de dirigente ou vice-dirigente. ●

Um novo marco para a democracia baiana virá das escolas. Governo do Estado assegurou que 2008 será o ano das primeiras eleições diretas para diretor e vice-diretor nas escolas da rede estadual de ensino. Até o mês de dezembro, professores, estudantes e representantes da comunidade escolar poderão escolher, com base na avaliação de planos de gestão dos candidatos, quem ficará à frente das escolas por um período de três anos, estabelecendo como critérios apenas o mérito de suas propostas e a vontade da comunidade escolar.

A fim de assegurar a eleição direta para diretor e vice-diretor escolar, a Secretaria instalou uma comissão especial composta por 24 integrantes, entre titulares e suplentes, com representantes de professores (APLB-Sindicato), Colegiado Escolar (estudantes e pais de alunos), Fórum de Dirigentes, Assembléia Legislativa do Estado, Conselho Estadual de Educação e da Secretaria da Administração, que elaborou minuta de projeto de lei, o qual foi encaminhado à Casa Civil e à Procuradoria Geral do Estado para análise técnica e, posteriormente, à Assembléia Legislativa para votação.

O que se propõe é algo inédito: a Secretaria vai ofe-

Elegíveis • Os candidatos aos cargos de diretor e vice-diretor devem ser professores ou coordenadores pedagógicos com formação em licenciatura, lotados na unidade correspondente por, pelo menos, seis meses e serem servidores do quadro efetivo da Secretaria. É exigida experiência docente mínima de dois anos e disponibilidade para trabalhar 40 horas semanais. Os candidatos devem apresentar plano de gestão, informando à comunidade escolar seu projeto para a escola. Além disso, devem possuir certificação para o cargo e indicar os candidatos a vice-diretor na equipe que compõem.

Também está prevista a implantação de um processo de acompanhamento e avaliação dos dirigentes, realizados em dois momentos: avaliação anual do desenvolvimento do plano de gestão e avaliação do resultado do trabalho da equipe ao final dos três anos de mandato, tendo como base os índices de aprendizagem dos estudantes e a auto-avaliação da escola realizada pelo Colegiado Escolar. Poderão votar pais ou responsáveis de estudantes maiores de 12 anos matriculados e com frequência regular, professores, estudantes, coordenadores pedagógicos e funcionários lotados ou em serviço na unidade escolar.

recer um curso a todos os interessados em se candidatar ao cargo de dirigente ou vice-dirigente. Ao longo do curso, eles serão preparados para elaborar o plano de gestão que pretendem executar e que será apresentado à comunidade escolar no momento da candidatura. Esse plano de gestão servirá de base para acompanhar os resultados, principalmente no que diz respeito à melhoria na aprendizagem dos alunos. “A eleição direta, por si só, não garante a melhoria no desempenho do aluno, se não for acompanhada de uma fiscalização da sociedade”, alerta a coordenadora de Gestão Descentralizada, Euzelinda Dantas.

A Bahia figura entre os 12 estados cuja eleição direta na escola ainda não é uma realidade, com o agravante da ausência de meios institucionais concretos de avaliação do desempenho dos diretores. Agora os cidadãos estarão cientes de que não é normal nem coerente a permanência de um mesmo diretor por mais de uma década no cargo, de forma incontestada, imune às próprias falhas, ao despreparo e a equívocos.

A Secretaria tem o papel de estabelecer novas formas de relacionamento entre as escolas e a comunidade. A

eleição direta para dirigente escolar vai inaugurar um novo momento e promover a participação de todos. O presidente da APLB-Sindicato, Rui Oliveira, entende que a participação na comissão foi importante para subsidiar a minuta do projeto. Ele diz esperar que tudo aconteça de forma a viabilizar as eleições diretas ainda este ano.



A participação na comissão foi importante para subsidiar a minuta do projeto”.

Rui Oliveira, presidente da APLB-Sindicato ●

TOPA supera meta com mais de **221 mil** alunos na primeira etapa

Baianos e baianas escrevendo e lendo sua história

O desafio do Governo do Estado até 2010 é reduzir em 1 milhão o número de analfabetos na Bahia, que é o maior do Brasil, com mais de 2 milhões de jovens com 15 anos ou mais, adultos e pessoas idosas. Para reverter essa cruel realidade, uma das primeiras medidas foi concretizar um programa que, junto com municípios e movimentos sociais e sindicais, ajudasse a reduzir esse índice. Assim nasceu o TOPA - Todos Pela Alfabetização, lançado em maio de 2007, gestado do desejo de transformar esse cenário, e da consciência de que a universalização da alfabetização é um desafio para toda a Bahia, e um meio para acelerar seu desenvolvimento.

Na primeira etapa, que começou em outubro, o TOPA previa como meta a atender 100 mil baianos, mas a demanda ultrapassou as expectativas, alcançando 221.989 alfabetizando. Para acolher esse público, o governo firmou parceria com 363 dos 417 municípios baianos e mais 164 entidades ligadas aos movimentos populares, sociais e sindicais. Trata-se de uma grande mobilização que, no total, vai envolver 17.504 professores alfabetizadores, mais de 1.075 coordenadores de turma e 89 intérpretes de Libras, para proporcionar a inclusão.

As quatro universidades estaduais (Uneb, Uefs, Uesc e Uesb), o município de Vitória da Conquista e a Faculdade do Sul/Itabuna (Facsul), em parceria com movimentos sociais e sindicais ligados à alfabetização de jovens e adultos, são responsáveis pela formação dos educadores e pela definição da metodologia e dos materiais didáticos apropriados a cada realidade sócio-cultural.



“Todo o conjunto do MST será beneficiado. Para as pessoas que nunca tiveram acesso à língua escrita será uma grande conquista. Para o trabalhador sem-terra é mais uma cerca que será rompida, a cerca do latifúndio do conhecimento”.

Dejacira Maria de Oliveira, coordenadora do setor de educação do MST na Bahia •

“A alfabetização não pode se resumir apenas à aprendizagem das letras, mas como ponto de partida para o preparo de cidadãos ativos que construam conhecimento e possibilidades de mudança social. Os sujeitos precisam ter consciência do seu papel na sociedade”.

Adriana Mármora, Pró-reitora de Extensão da Uneb •



Lançamento do TOPA – apresentação da Escola Pracatum



Dep. Marcelo Nilo, Min. Fernando Haddad, Gov. Jaques Wagner, Vice-gov. Edmundo Pereira e o Sec. Adeum Sauer

• **O TOPA previa como meta, para o ano de 2007, atender a 100 mil baianos, mas a demanda ultrapassou as expectativas, alcançando 221.989 alfabetizando.** •

Seguindo seus princípios político-pedagógicos, o objetivo do TOPA é considerar as realidades regionais e a história de vida de cada educando.

O TOPA é um programa de fortalecimento da alfabetização enquanto política pública de acesso à educação da população de jovens com 15 anos ou mais, adultos e pessoas idosas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola. A concepção do governo é de que a Educação é um direito de todos, que não prescreve com a idade. A pessoa analfabeta fica limitada a acompanhar as transformações por que passa a sociedade e, por isso, se torna um agente político com pouca capacidade de intervir nas ações cotidianas e de propor novos rumos para a comunidade da qual participa.

Muito embora ocupe a 6ª posição entre os estados brasileiros no *ranking* nacional da economia, é na Bahia onde se registra o maior índice absoluto de analfabetismo do País. Segundo o IBGE/2005, a parcela de 18,8% da população do estado com 15 anos ou mais é analfabeta. As pessoas idosas estão no foco da preocupação das autoridades baianas. O índice de analfabetismo entre os que têm mais de 50 anos é de 42,7%.

Encontros regionais

Um pacto contra os índices de analfabetismo que enver-

gonham a Bahia. Esse foi o melhor dos resultados dos Encontros Regionais do TOPA - Todos Pela Alfabetização, realizados no ano passado, nos municípios de Itabuna, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Cruz das Almas e Salvador. O objetivo central dos encontros foi promover uma “escuta aberta” às parcerias do programa, visando construir uma proposta pedagógica que respeite as realidades territoriais. Participaram cerca de 1500 pessoas, representantes de todos os 363 municípios e 164 entidades que aderiram e pactuaram metas de alfabetização. As aulas na primeira etapa do programa foram iniciadas em outubro e seguem até junho.

Os encontros estreitaram o diálogo com os municípios, movimentos sociais, sindicais e universidades, integrando todos ao processo de construção do Plano de Formação Inicial e Continuada dos Alfabetizadores. Durante os eventos, realizados na Universidade Estadual de Santa Cruz

(Uesc), na Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (Uesb), na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (Ufrb) e na Universidade Estadual da Bahia (Uneb), houve assinatura dos termos de cooperação técnica entre a Secretaria da Educação, os municípios e entidades que aderiram ao TOPA.

Prêmio Cosme de Farias

O Governo da Bahia lançou também o Prêmio Cosme de Farias, que vai reconhecer educadores, prefeituras baianas, instituições e empresas parceiras que mais reduzirem os índices de analfabetismo em seu município, de acordo com os critérios estabelecidos pelo TOPA – Todos pela Alfabetização. O prêmio leva o nome de um grande baluarte das causas populares, sobretudo no combate ao analfabetismo. Em 1892, com 14 anos, no início da República do Brasil, Cosme de Fa-

rias criou a Campanha do ABC, distribuindo milhares de cartilhas. Em 1915, com seu insuperável idealismo, criou a Liga Contra o Analfabetismo. Nunca foi rico, mas criou e manteve durante mais de 60 anos quase 200 escolas onde alfabetizava jovens e adultos.

○ **As pessoas idosas estão no foco da preocupação das autoridades baianas. O índice de analfabetismo entre os que têm mais de 50 anos é de 42,7%.** •

• **Adesão ao TOPA: 363 municípios e 164 entidades** •

Colegiado Escolar

Atualmente, regido pela Lei Estadual 6981/96, o Colegiado Escolar não exerce função deliberativa na escola, mas apenas consultiva. Para corrigir este equívoco foi constituída uma comissão para a revisão e atualização da legislação do Colegiado Escolar, de modo a fortalecer a gestão participativa na escola, consolidando suas atribuições deliberativa, avaliativa e mobilizadora. A comissão foi constituída por membros da SEC, do Fórum de Dirigentes das Escolas Estaduais, da APLB-Sindicato (segmentos de professores e funcionários), da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, além de representantes de pais e alunos de colegiados de escolas das Direc 1A e 1B. Dentro da nova proposta, os membros eleitos serão capacitados sobre a nova legislação e orientados a trabalhar junto à comunidade escolar. Nessa ação de formação, a SEC conta com a parceria do MEC/FNDE ●

Grêmios Estudantil

Levantamento da SEC demonstra que em apenas 135 escolas da rede há grêmios instalados. Em função desse quadro, técnicos da Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional (Supav) estão visitando as Direc a

fim de sensibilizar os dirigentes para acolher os grêmios estudantis na gestão da escola e orientá-los quanto à natureza, articulação e procedimentos para criação e fortalecimento da entidade. Assim, estudantes e dirigentes podem estabelecer uma relação de parceria em que a juventude exerce o protagonismo, reivindicando seus direitos por meio de representação organizada e democrática. Será utilizado caderno de orientação desenvolvido pela SEC, em parceria com representantes de grêmios estudantis, a fim de orientar sobre os passos para organizar um grêmio ●

Entidades Estudantis I

A SEC ordenou a habilitação de entidades autorizadas a emitir carteiras para estudantes da rede pública e privada, da educação básica e superior. A primeira ação foi regulamentar a Lei 10.029/06, com o decreto editado em 14 de março, dia em que a SEC se reuniu com entidades estudantis, representantes de casas de espetáculo, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público e Procon, para informar os procedimentos para a certificação ●

Entidades Estudantis II

Em 2006 foram credenciadas 21 en-

tidades sem a observância a algumas determinações da Lei. Dessas 21 entidades, 18 solicitaram habilitação em 2007, mas apenas a metade foi habilitada. As não-habilitadas não tinham cinco anos de existência ou não apresentaram a documentação necessária. A partir desta gestão, todas as ações realizadas serão detalhadas em relatórios, que agregam toda a documentação das entidades. Em 2008, até o momento, sete entidades apresentaram documentação, sendo que quatro destas já foram autorizadas e as demais estão em processo de análise. ●

Entidades habilitadas até o mês abril de 2008:

- Aliança Baiana Secundarista e Universitária – ABS
- União dos Estudantes do Brasil – UEB
- União Conquistense de Estudantes do Brasil – UCEB
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade Salvador - DCE/UNIFACS

Redescobrimo o universo escolar

Em Amaralina há quatro escolas da rede estadual de ensino; em Brotas elas somam 11; já no populoso e carente Bairro da Paz há apenas uma. É visando corrigir distorções como estas que foi realizada a Ação Pesquisa Educacional. A proposta, inédita, fez um amplo levantamento das condições das 1.753 escolas da rede, nos mais diversos aspectos, com informações sobre a estrutura, quantidade de salas, condição dos prédios escolares, levantamento do número de alunos e professores e demandas para a matrícula. Ainda foram pesquisados dados sobre projetos pedagógicos, funcionamento de grêmios estudantis e colegiados escolares.

Diferentemente de outros anos, quando esses levantamentos eram feitos de forma descoordenada, atra-

vés de inspeções, que não resultaram em ações efetivas, agora 128 técnicos foram a campo esmiuçar as peculiaridades de cada uma das unidades escolares. Antes feito por pólos, os técnicos iam coletar as informações com os diretores das escolas, sem visitar a unidade escolar ou conhecer a geografia da região.

O olhar dos técnicos extrapolou as fronteiras da rede estadual e analisou também o contexto da rede municipal. Essa avaliação se fez necessária no intuito de conhecer as demandas às quais os municípios não têm condições de atender, principalmente no que diz respeito ao ensino médio.

A Secretaria também está finalizando seu plano de trabalho no que tange a questões como convênios e construção de novas unidades escolares. A



Técnicos vão a campo realizar diagnóstico minucioso da rede

principal diretriz é que a escola esteja próxima ao aluno e pense a educação como ferramenta que alavanca o crescimento do país. As escolas têm ainda que corresponder às necessidades da sociedade. A reorganização da rede escolar será pensada de forma que ofereça aos municípios uma educação que diga respeito à identidade e à realidade em que estão inseridos.

No interior do estado, no intuito de levar o ensino médio a distritos que ainda não contam com o atendimento da rede estadual, estão sendo renovados e firmados novos convênios de cessão de salas com os municípios. Somente em 2007 foram 19. O convênio funciona com o município, cedendo o espaço; e a Secretaria, o professor, material didático e outros requisitos para o funcionamento.

Revitalização das Direc: a SEC mais perto da unidade escolar

As Direc terão de mudar seu perfil, assumindo uma postura menos burocrática e exercendo muito mais a função pedagógica. •

A revitalização das Diretorias Regionais de Educação (Direc) é o pilar para fortalecer a descentralização da educação na Bahia. O governo defende um modelo de gestão descentralizada e para isso as Direc terão de mudar seu perfil, assumindo uma postura menos burocrática e exercendo muito mais a função pedagógica. Nessa concepção, as Direc devem estar próximas das escolas, levando as orientações e a visão de gestão da educação da Secretaria. Para isso, foi iniciado o processo de revitalização com a realização de encontros de formação e distribuição de equipamentos tais como: computadores, impressoras, máquinas digitais, condicionadores de ar, bebedouros e uma caminhonete cabine dupla.

A fase de transição entre os modelos já foi iniciada. As antigas concepções de gerenciamento produziram o descrédito das Direc, não apenas frente às escolas e à comunidade escolar, mas diante dos poderes municipais com os quais deveriam interagir. O movimento de esvaziar as Direc em suas funções pedagógicas, apontando para elas apenas ritos burocráticos, levou muitos municípios a ignorar a presença desses órgãos para o atendimento de suas demandas.

Nem o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia contemplou a estrutura de funcionamento das Direc e isso gerou perda significativa no quadro de pessoal, que não via vantagens financeiras em permanecer nas diretorias. As Direc funcionavam como unidades administrativas que apenas repassavam informações da Secretaria para as escolas. Tinham um tom

de fiscalização e pouco envolvimento ou foco no processo pedagógico. Não havia intervenção ou preocupação com o desempenho dos alunos.

Em outras épocas, as Direc já foram delegacias, superintendências, coordenações e, há oito anos, tornaram a ser chamadas diretorias. De acordo com projeto político anterior, as funções pedagógicas das Direc seriam substituídas pelos Núcleos de Atendimento Educacional (NAE), que neste governo já foram extintos.

Abandono • O quadro encontrado em cada uma das 33 Direc era caótico. A estrutura física inadequada, os equipamentos técnicos e veículos ultrapassados ou sem qualquer condição de uso – ou simplesmente não existiam. Tudo por conta de uma política de educação que apostava na centralização e no rígido controle pelo órgão central, e que, portanto, via as Direc como instâncias de pouca importância.

A diretora da Direc 1A, Valquíria Leal, ressalta que “a alma da educação está no pedagógico”. E foi justamente o que as Direc deixaram de fazer até que se pensasse a reformulação dessas estruturas: um braço pedagógico da Secretaria em cada região da Bahia, não apenas um instrumento de fiscalização que mantinha uma quase rivalidade com as escolas. “É necessário investir no trabalho pedagógico, nesse empenho de capacitar os profissionais das Direc. Tendo a capacitação técnica e o comprometimento político, as Direc conseguirão exercer seu papel”, avalia Valquíria Leal.



Secretaria entrega equipamentos e carros às 33 Direc

Direc 20 constrói parcerias • A equipe da Direc 20, em Vitória da Conquista, já busca transformar a maneira como o órgão é visto pela comunidade escolar, adotando nova postura que fortaleça o diálogo e a interação com os diferentes atores sociais. “O que nós tínhamos aqui era apenas supervisão. Então as pessoas na escola falavam: ‘Chegou a Direc para fiscalizar’. Hoje queremos uma relação diferente, queremos que digam: ‘Chegou a Direc, vamos conversar,’” almeja a diretora Célia Tanajura.

Em julho, essa nova postura já havia se revertido em ação. Houve uma reunião entre membros das Direc com representantes da Polícia Militar, seis conselhos comunitários de Segurança, Ministério Público e do Juizado da Infância e da Adolescência. A intenção é que esses órgãos estejam junto às escolas, não como repressores, mas como instrumentos para formar uma cultura de não-violência e cidadania. Para Célia, fortalecer o papel pedagógico das Direc aproxima mais o órgão da comunidade escolar.

Direc 21 aproxima cidadãos • A situação das 42 escolas circunscritas na Direc 21, em Irecê, pedia medidas urgentes. O caso mais emblemático ocorreu na Escola Estadual de Aguada Nova, que foi inaugurada em dezembro de 2006, inclusive com adaptações para pessoas com necessidades especiais, mas não contava com diretor ou vice, e também não tinha fornecimento de água nem energia elétrica. “Não houve matrícula para essa escola e o barro já tomava conta das dependências, inclusive do laboratório de informática, onde ficavam os computadores”, conta a diretora Maria da Conceição Correia.

Diante do descaso com o patrimônio público, a Direc providenciou água e luz e, para que o espaço não ficasse ocioso, foi aberta como extensão do Colégio Estadual Justiniano de Castro Dourado. O envolvimento da comunidade foi fundamental: “homens e mulheres da região, pais de alunos, ajudaram a limpar a escola e prepará-la para o início das aulas. Comemoramos o sucesso da ação com uma feijoada”, lembra Maria da Conceição Correia.



educação

educação

Saberes da Terra passa de 10 para 180 turmas

Ação é destaque no projeto para educação do campo.



Projeto de alfabetização do MST recebe apoio da SEC

Combate ao analfabetismo chega aos assentamentos

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é parceiro para combater o analfabetismo nos 200 assentamentos e acampamentos baianos, nos próximos quatro anos. O alvo são os cerca de 15 mil analfabetos e semi-analfabetos e a estratégia incluiu a concessão por parte da Secretaria da Educação de 200 aparelhos de TVs 29" e de DVD, que serão utilizados no Projeto Sim, Eu Posso!, desenvolvido pelo MST.

Além disso, existe o compromisso de implantar quatro escolas de Ensino Médio que funcionarão como pólos irradiadores e um campus da Uneb, no assentamento Terra à Vista, no município de Arataca, no Sul da Bahia.

O método adotado pelo projeto vai usar recursos audiovisuais inspirados no Instituto de Alfabetização de Cuba. O projeto funcionará através de uma parceria do MST, a SEC e o Ministério da Educação (MEC), através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

• **Cerca de 15 mil analfabetos** e semi-analfabetos estão distribuídos nos quase 200 assentamentos e acampamentos baianos, onde vivem aproximadamente **35 mil famílias**. •

Mesmo com 38% da população baiana na zona rural, o estado não tinha uma política específica de educação que contemplasse os povos que trabalham e moram no campo – meeiros, arrendatários, pequenos produtores familiares rurais, ribeirinhos, quilombolas, entre outras categorias - excluídos de uma educação e de uma escola que dê conta das especificidades e singularidades desses sujeitos.

Hoje, com a criação da Coordenação de Educação do Campo, esforços estão sendo concentrados na construção de uma política pública de educação para a população do meio rural, que garanta o acesso, a permanência e o sucesso de crianças, jovens e adultos residentes em diferentes comunidades, por meio de diferentes metodologias e numa matriz pedagógica que respeite os saberes acumulados e a cultura de cada território.

Nesse processo de construção, uma das ações será a implantação do Ensino Médio no Campo com Mediação Tecnológica. A idéia é ofertar e garantir aos povos do campo o ensino médio, numa matriz pedagógica que contemple a diversidade e singularidade locais, na perspectiva do desenvolvimento sustentável com enfoque no território, abrindo possibilidades para que os jovens e adultos estudem nas comunidades onde residem. A nova proposta está sendo uma produção coletiva, com a participação de diferentes atores sociais, o que vem possibilitando uma maior aproximação e envolvimento dos movimentos sociais e sindicais e diferentes entidades.

• **Em 2008**, o programa chegará a mais 60 cidades e ampliará para 5.700 o número de estudantes atendidos. •

Saberes da Terra • Outra ação importante para a educação no campo é a ampliação da oferta de vagas do Programa Saberes da Terra, que este ano passa de 10 para 180 turmas. Com isso, o programa chegará a mais 60 cidades e ampliará para 5.700 o número de estudantes atendidos. As novas vagas vão atender, prioritariamente, a municípios de quatro territórios: Semi-Árido Nordeste II, Sisal, Itaparica e Velho Chico.

O Saberes da Terra, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação (MEC), atendia apenas a 300 alunos nos municípios de Conceição do Coité, Banzaê e Ribeira do Pomal. O programa tem como objetivo desenvolver uma política de educação do campo que possibilite a jovens e adultos agricultores familiares, de 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrando ensino fundamental e qualificação social e profissional.

Na Bahia, é no campo onde se registra o maior índice de analfabetismo, que gira em torno de 20,4%. Considerando o índice de analfabetismo funcional, esse número sobe para 55,6%.

Um caminho para inclusão

SEC forma 1.220 profissionais e cria Rede de Educação Especial



Colégio Estadual Vitor Soares



João Prazeres, coordenador de Educação Especial

Numa iniciativa inédita, foi criada a Rede Estadual de Educação Especial – Um Caminho para Inclusão. O objetivo é implementar um novo modelo de escola pública, onde os estudantes com necessidades educacionais especiais possam desenvolver a aprendizagem plena, sem maiores percalços. O ineditismo fica por conta da maneira como a idéia foi gestada. Representantes de entidades ligadas à luta pelos direitos das pessoas com deficiência foram chamados a colaborar para a elaboração da Rede.

A SEC reuniu 40 entidades ligadas aos direitos das pessoas com deficiência de todo o estado no Seminário Baiano de Educação Inclusiva – Um Novo Olhar sobre a Educação Especial, quando foi formatada a nova política para o setor, que norteou a Rede Estadual de Educação Especial. Todos os municípios baianos foram convidados a participar do sistema, que vai interligar ações estaduais e municipais com organizações da sociedade civil.

Somente no ano passado, a Rede capacitou 1.220 profissionais da educação de dez Diretorias Regionais (Direc), em cursos de Noções de Braille, Sorobã (instrumento de calcular para cegos), Baixa Visão, Língua Brasileira dos Sinais (Libras) e Deficiência Mental. O objetivo é facilitar o acesso e a permanência do estudante com deficiência nas escolas públicas. “Quando chegamos à Coordenação de Educação Especial, percebemos que ela precisava ser melhor integrada dentro da própria Secretaria”, afirma o titular da área, João Prazeres. Cego, ele considera sua nomeação para o cargo algo que vai além do plano simbólico: “É uma forma de provar que as pessoas com deficiência têm condições de assumir com êxito diversas responsabilidades”, pontua.

°Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), vivem na Bahia pelo menos 2 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Daí a disparidade gritante: dos mais de 4,3 milhões de alunos nas redes públicas (estado e municípios), apenas pouco mais de 35 mil têm algum grau de deficiência. ●

Estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) dão conta de que, na Bahia, vivem pelo menos 2 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Porém, quando se trata dos números da educação pública (estado e municípios), nota-se uma disparidade gritante: dos mais de 4,3 milhões de alunos matriculados, apenas pouco mais de 35 mil são pessoas com deficiência. O dado indica a possibilidade de muitos jovens deficientes, em idade escolar, estarem fora da sala de aula. “No Governo Terra de Todos Nós, a cadeira que se destinaria a pessoa com deficiência não pode estar vazia”, defende João Prazeres, ao analisar os dados.

Uma explicação para tal fato seria o baixo investimento dos governos anteriores em dotar as escolas públicas de condições necessárias para integrar o estudante com necessidades educacionais especiais, como determina a Lei de Diretrizes e Bases. Nas 1.753 escolas da rede estadual de ensino existem apenas 40 salas de apoio para atendimento especializado, distribuídas em instituições

de 19 cidades. O número de Centros de Apoio Pedagógico (CAP) das mais variadas deficiências é ainda menor. Apenas cinco: três em Salvador e dois em Feira de Santana.

Segundo Francisco Pereira, presidente da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a instituição sempre cobrou do poder público uma postura como essa. “Agora, é preciso que as escolas se adaptem para receber o aluno especial e alguns paradigmas ainda precisam ser quebrados. Para isso, é fundamental a preparação dos professores, conscientização dos ditos normais no sentido de buscar essa inclusão”. avalia Francisco Pereira.

“Ninguém melhor do que o próprio deficiente para dizer quais são as suas dificuldades, onde e como pode melhorar. Fico satisfeita com a proposta do governo de dar oportunidade de discutir de forma coletiva uma política voltada para a educação inclusiva”, comemora Sílvia Cristina de Oliveira, da Associação Baiana de Cegos, no Centro de Atenção Profissional de A a Z para o Deficiente e o Idoso (Capaz).



No Governo Terra de Todos Nós, a cadeira que se destinaria a pessoa com deficiência não pode estar vazia.”

João Prazeres, coordenador de Educação Especial. ●

Índia Tuxá coordena Educação Indígena

Vistorias realizadas por técnicos em colégios indígenas constataram condições desfavoráveis ao aprendizado dos 6.250 alunos. Infra-estrutura precária, ausência de material didático e de instituições de ensino médio são os principais entraves para a melhoria da qualidade desta modalidade de ensino. Diante de tal desafio, foram implementadas medidas que vão desde a reforma de escolas e distribuição de livros didáticos especializados à apresentação de projeto de lei que regulamente a carreira do professor indígena e a construção de novas unidades escolares.

Outra mudança na gestão da educação escolar indígena foi a escolha da professora Rosilene Cruz de Araújo para assumir a Coordenação da Educação Indígena. Não foi uma decisão à toa. Pertencente à etnia Tuxá da região de Rodelas (540 km de Salvador), ela é a primeira índia a assumir tal posto, não

só no estado, como em todo o País. Especialista em História do Brasil, Rosilene é professora há 23 anos, e foi indicada por todos os representantes das 12 nações existentes no estado. A indicação unânime foi referendada pela Secretaria da Educação. “Só podemos construir políticas públicas para o povo indígena com o olhar deles”, diz o secretário da Educação, Adeum Sauer.

Para completar a iniciativa inédita, outros sete índios foram nomeados para as coordenações indígenas regionais nas Direc que possuem escolas desta modalidade de ensino: “É essencial que possamos assumir a responsabilidade de ajudar a implantar uma educação diferenciada e de qualidade. Em gestões anteriores, não tínhamos a abertura necessária para realizar esse trabalho em conjunto”, afirma o coordenador de educação da Direc-09 (Teixeira de Freitas), Sadraque Francisco dos Santos.



Rosilene de Araújo (centro), a Cacique Valdelice (esq) e Nadia Acauã (dir)

Professor há sete anos, ele pertence à etnia Pataxó.

Atualmente, existem 57 colégios públicos voltados para a educação dos 12 povos indígenas em 21 municípios do estado. Nas visitas a algumas unidades escolares, foram encontrados disparates evidentes de infra-estrutura. A explicação para tal fato é dada pela diretora de Educação e suas Modalidades, Tânia Miranda, onde a Coordenação de Educação Indígena está inserida. “Quando assumimos a diretoria, a encontramos totalmente desorganizada, sem projetos e sem orçamento. O que demonstra claramente que a educação

dos excluídos não era uma preocupação da antiga administração”, avalia.

Didática • O uso em sala de aula de livros didáticos produzidos por professores das 12 comunidades indígenas – Atikum, Kantaruré, Tuxá, Kiriri, Tumbalalá, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Pankaru, Pankararé, Tupinambá, Kaimbé e Xucuru Kariri – é uma das prioridades da nova gestão.

O livro *Tuxá Ibotiram: vida e cultura do nosso povo* é um exemplo. Utilizado desde maio por alunos do povo Tuxá nos municípios de Ibotirama e Rodelas, a obra bilingüe é uma cartilha alfabeti-

zadora criada por professores da própria etnia. O livro versa sobre a história e a cultura, ao mesmo tempo em que faz proposições pedagógicas e reflete sobre a realidade local.

Outros cinco livros já começaram a ser utilizados por alunos dos povos Pataxó Hã-hã-hãe, Tupinambá, Kiriris e Pataxós, em suas respectivas escolas. As obras são aprovadas pela Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (Capema), ligada ao MEC.

Lei • A Secretaria também está empenhada em viabilizar o projeto que cria a

°Foi unânime a indicação entre os povos indígenas do nome de **Rosilene Cruz de Araújo** para comandar a educação indígena no estado •

Resgate da história afro-brasileira nas escolas



Coral Afro da Escola Técnica Newton Sucupira

A Bahia é o maior estado negro do Brasil, com mais de 78% de sua população de afrodescendentes. Mas o cidadão negro baiano ainda não vê sua história contada e valorizada nas salas de aula. Para corrigir um atraso histórico, foi instituído, em fevereiro de 2007, um grupo de trabalho para construir a proposta de implementação da Lei Federal 10.639/2003, que determina o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. Todo o trabalho está sendo feito em sintonia com as secretarias estaduais da Cultura e de Promoção da Igualdade (Sepromi). Já este ano será corrigido o erro até hoje prolongado de exclusão social.

Uma das estratégias adotadas é a implantação de núcleos de acompanhamento da implementação das diretrizes em todos os 26 territórios de identidade do estado. Cada território conta com, pelo menos, dois especialistas e uma pessoa para dar apoio. A proposta de implantação das diretrizes curriculares descreve o plano de ação que enumera atividades até 2010, desde a formação de profes-

sores e a definição de conteúdos à formulação de material didático que ajude na reconstrução do ideário de nossa cultura.

O governo entende a urgência de se admitir que há no Brasil um imaginário étnico-racial que privilegia as raízes europeias em detrimento da cultura local, pouco valorizando as demais, especialmente a africana. Os indicadores confirmam a reprodução, na escola, das desigualdades sociais e evidenciam a continuidade da desigualdade racial, expressa em diferentes oportunidades de acesso, permanência e sucesso escolar.

Além do atraso em relação à lei federal, na Bahia há outra defasagem, ainda mais constrangedora, relacionada à própria Constituição Estadual de 1989. Esta prevê a aplicação de estudos africanos na rede pública, que compreendessem os ensinamentos fundamental, médio e superior. A Lei Estadual indica a criação de uma disciplina; já a Lei Federal 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade dessa temática, em especial, nas áreas da literatura, história e artes.

O ano passado foi dedicado aos pro-

cessos de mobilização e capacitação, e também à preparação de terreno: “A lei pura e simples não muda nada, mas possibilita que professores criem o conceito de cultura através de referenciais diversos. A lei vai dar elementos que possibilitarão colocar em foco o que está escondido, conteúdos escolares que são omitidos. É uma ação que vai mexer com uma coisa humana que é muito séria: o sentimento. Por isso, deve ser uma ação de firmeza e de cautela”, destaca Carlos Menezes, coordenador da frente do processo de implementação da Lei.



É uma ação que vai mexer com uma coisa humana que é muito séria: o sentimento.”

Carlos Menezes, coordenador de Implementação da Lei. ●

Sinal verde para a Educação Ambiental

Com coordenação própria, a área terá ação continuada nas escolas

Esqueça a idéia de que as aulas de meio ambiente servem apenas para ensinar a plantar sementinhas e a não deixar o lixo no chão. Uma nova concepção, totalmente diferente, será levada às escolas da rede, onde a educação ambiental vai envolver todas as relações entre a escola, os alunos e o ambiente em que estão inseridos. Por isso, além do cuidado com a natureza, entram em pauta a diversidade étnica, as relações de trabalho e consumo, os direitos humanos e a responsabilidade com o desenvolvimento da comunidade no entorno da escola.

Para isto, foi criada a Coordenação de Educação Ambiental que, depois de um levantamento das experiências postas em prática, isoladamente, na rede, e de interagir com professores, coordenadores pedagógicos e os alunos de todas as regiões do estado, construiu uma política de educação ambiental que passa a fazer parte do projeto político-pedagógico das escolas da rede, perpassando todas as disciplinas.

A nova coordenação vai oferecer cursos de formação continuada para os professores de acordo com as peculiaridades de cada região. Também vêm sendo realizadas parcerias com outras instâncias do governo, com ONGs, empresas e movimentos sociais: “Queremos contar, principalmente, com



A educação ambiental fará parte do projeto político-pedagógico das escolas

o papel pedagógico das Direc, que são as instâncias mais próximas às escolas”, afirma o diretor de Currículos Especiais, Paulo Valente. Ele observa que as ações vinham sendo desenvolvidas de forma pontual ou motivadas apenas por demandas externas. “Agora, estamos estruturando a coordenação para trabalhar de forma continuada e sistemática no apoio às escolas”, afirmou.

Iniciativas • Mesmo sem contar com o apoio e a coordenação de que precisavam da Secretaria, algumas escolas conseguiram desenvolver projetos interessantes de educação ambiental. Na Escola Rômulo Galvão, em Coração de Maria, por exemplo, um grupo de alunos criou uma força-tarefa para cuidar da mata ciliar do Rio Jacuípe, que corta a cidade. Em Luís Eduardo Magalhães, oeste do estado, a turma plantou uma horta na Escola Rural São Paulo, para estimular o consumo de alimentos naturais. Já no Capão, lugar famoso pelas trilhas e paisagens, alunos e professores da Escola Estadual Caeté espalharam entre as trilhas, placas e avisos de preservação para os turistas. Estas iniciativas resultaram do programa nacional *Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas*, do Ministério da Educação (MEC).

Fortalecimento do projeto político-pedagógico

•A proposta curricular do projeto político-pedagógico será enriquecida com atividades práticas, oficinas que visem a fortalecer a aprendizagem e busquem oferecer uma educação integral. •

Os índices balizadores da educação brasileira colocam a Bahia entre os estados com os piores desempenhos. Diversos fatores contribuíram, ao longo dos anos, para a construção dessa realidade. O desafio do Governo do Estado é transformar investimento em resultado. As escolas devem ter um projeto político-pedagógico comprometido com o aprendizado do aluno. Mais do que *expert* na arte de ensinar, os gestores, professores e coordenadores pedagógicos precisam ter uma formação constantemente atualizada e aperfeiçoada para fazer da escola um espaço atrativo, no qual os alunos sintam-se estimulados a permanecer.

Este ano, a Secretaria está lançando o novo olhar sobre a educação baiana. Para isso, especialistas trabalharam durante o ano passado no desenvolvimento do currículo da educação básica, tendo como foco principal da 5ª à 8ª série e o ensino médio, áreas de responsabilidade legal do estado. O objetivo é fortalecer o regime de colaboração com

os municípios, desenvolvendo acordos de cooperação técnica para capacitação de professores e fortalecimento do sistema de gestão, com participação efetiva dos colegiados escolares e também para a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental da 1ª à 4ª série.

A capacitação dos técnicos do órgão central e das Diretorias Regionais de Educação (Direc) está prevista. Eles atuarão e apoiarão as unidades escolares. Agora, as escolas terão suporte para desenvolver o currículo de forma mais significativa e de qualidade. Também será desenvolvido o projeto de implantação do ensino fundamental de nove anos, em parceria com os municípios.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB/2005) aponta a Bahia como o estado que apresentou a maior quantidade de municípios (205) com as notas mais baixas. O município com pior desempenho foi Maiquinique, com Ideb de 0,69, ficando na frente somente de Ramiândia, no Paraná, cujo índice foi de 0,3 (a pontuação

do IDEB varia de 0 a 10). Depois de realizar um diagnóstico minucioso da educação, a SEC formula agora um plano de ação. A orientação é a de que cada escola trabalhe com seus indicadores de desempenho. As soluções poderão vir da tomada de consciência coletiva da realidade de cada escola.

Investimento na formação •

Será fortalecida a formação inicial e continuada de professores nas diversas áreas. A expectativa é de que essas ações possibilitem aos alunos melhores condições de aprendizagem e, assim, melhor desempenho nos exames nacionais da Prova Brasil e no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Além disso, gestores e coordenadores pedagógicos serão estimulados para criação e/ou implementação de estratégias para melhorar o desempenho médio dos alunos no Enem.

Dados de 2006 mostram que, na Bahia, o desempenho geral na parte objetiva foi de 33,27%. Na rede pública, especificamente, esse núme-



ro caiu para 32,33%. Já na parte da redação, enquanto a média geral foi de 51,53%, a média dos estudantes das escolas públicas foi de 51,2%. Para melhorar estes índices, estão sendo desenvolvidas ações conjuntas com as unidades escolares para

adequação do seu projeto político-pedagógico.

A proposta curricular do projeto será enriquecida com atividades práticas, oficinas que visem fortalecer a aprendizagem e busquem oferecer uma educação integral.



MIGUEL ARROYO
Consultor pedagógico da SEC

Um novo olhar para a Educação Física



Nem só de futsal e baleado vive o ensino da Educação Física. A área compõe um rico campo de diversas manifestações da cultura corporal, que vai da dança à ginástica, passa pelos jogos e abarca toda a variedade de práticas esportivas. A nova proposta para a área vai focar suas ações na melhoria da formação docente, na recuperação das quadras, além da inclusão da capoeira como componente curricular nas aulas.

A formação continuada dos professores de Educação Física está no centro da nova política para o trato deste componente curricular. Esta necessidade ficou evidente durante a realização do seminário “Educação Física e Esporte Escolar na Rede Pública Estadual: Construindo Referência para a Política Pública”, que contou com a participação de 450 professores de 32 Direcs, através da estrutura da videoconferência do Instituto Anísio Teixeira (IAT). As propostas levantadas estão norteando as ações da Coordenação de Educação Física da SEC.

Dados apontam que dos 2.662 professores da disciplina ligados à rede estadual, 942 não possuem licenciatura plena – um percentual de 35,8%. Quase todos esses docentes trabalham em escolas do interior do estado. Em termos de infra-estrutura, a situação também é crítica quando se observa que dos 1.753 colégios, 971 não possuem quadras, e, das 782, apenas 50 são cobertas.

De acordo com a coordenadora de Educação Física da SEC, Kelly Cristina da Costa, o diagnóstico feito pela coordenação detectou a vulnerabilidade das aulas nas quadras não-cobertas, que ora são inviabilizadas pela chuva, ora submetem os participantes a sol intenso.

Essas informações indicam uma mazela histórica que aco-

mete esta área educacional: “Esses números são extremamente críticos, o que demonstra uma contradição em termos de política pública, já que o esporte é visto como fator de mudança social”.

Capoeira • Faz parte da nova proposta a inserção e a valorização da capoeira nos colégios da rede estadual de ensino. “A Educação Física não pode negar a identidade cultural. A capoeira é uma expressão da corporalidade de nossa cultura afro-brasileira, que tem sido negada”, defende a coordenadora. Num levantamento das 258 escolas estaduais localizadas em Salvador, 21 tinham a capoeira como “vivência regular” e, em apenas três, a arte estava integrada como componente curricular.

A inclusão da capoeira como componente efetivo curricular da Educação Física é uma antiga reivindicação dos mestres da mistura de arte e dança, herança direta da cultura afro-brasileira. A medida da coordenação está de acordo com a Lei Federal 10.639, que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares.

• Dos 2.662 professores da disciplina ligados à rede estadual, 942 não possuem licenciatura plena – um percentual de 35,8%. •



Alunos do curso de música: Colégio Estadual Manoel Novaes

Música na escola

A música quebra as barreiras da formalidade da educação e vai passar a fazer parte do cotidiano das escolas. Isso será possível através do Festival Anual da Canção Estudantil, projeto que a Secretaria da Educação está elaborando e será implantado ainda este ano. O festival é parte de uma proposta mais ampla de implementação de um projeto que entende a arte como eixo estruturante do processo educacional. O objetivo do projeto será fomentar a produção musical e as linguagens artísticas entre os estudantes da rede estadual, contribuindo assim para romper a rigidez do modelo de ensino e aprendizagem ainda presente na educação.

Cultura de avaliação e planejamento chegará às escolas



Colégio Estadual Bolívar Santana

Em uma ação pioneira, a Secretaria da Educação, criou um sistema de avaliação do ensino médio que realizará intervenções na qualidade do ensino a partir dos resultados obtidos. Trata-se do Avalie, programa que vai possibilitar uma amostragem por turmas e também a avaliação do sistema educacional como um todo. A primeira avaliação está prevista para ocorrer em outubro e, em sua fase inicial, atingirá 208 escolas da rede estadual, alcançando o universo de 70 mil alunos.

Atualmente como ferramenta de avaliação do ensino médio, existem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), programa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Entretanto, no caso do Enem, além de não ter caráter obrigatório, os estudantes só são submetidos a avaliação ao final do 3º ano. Já o Saeb só avalia as 3ª séries do ensino médio nas disciplinas Português e de Matemática. Ao instituir o seu sistema de avaliação, a SEC pretende acompanhar o desempenho dos alunos durante as três séries do ensino médio, no intuito de poder intervir nos resultados. Neste ano serão avaliados todos os estudantes da 1ª série do ensino médio e, progressivamente, em

2009, os da 2ª série e, em 2010, os da 3ª série.

Além de abranger todas as séries do ensino médio, a diferença do Avalie em relação a outras provas realizadas está em sua metodologia. As avaliações serão interdisciplinares, o que já é um pressuposto para os currículos atuais. O estudo longitudinal que se propõe possibilita ainda compreender quais valores estão associados ao rendimento dos alunos.

De acordo com a coordenadora de Avaliação da Supav, Diana Pipolo, não existe em nenhum estado do país um estudo como o Avalie, o que confere à Bahia o caráter de pioneirismo, além de ter um custo muito menor que os dos testes de rendimento em larga escala. Para a realização desse estudo, a SEC conta com o suporte técnico e financeiro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC).

O projeto Avalie está inserido em uma proposta mais ampla da secretaria que é o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe), que busca fomentar uma cultura de planejamento das políticas educacionais tomando como referência o resultado das avaliações em três eixos: avaliação dos estudantes, auto-avaliação das escolas e desenvolvimento da cul-

tura da avaliação no ambiente escolar. Nesse contexto estão os programas Avalie, Círculos de Avaliação e Avaliação Institucional das Escolas.

Além de implantar uma nova cultura de planejamento político-pedagógico das escolas da rede, um dos desafios do Sabe é desfazer um dos mitos que se têm em torno dos processos de avaliação: de que apenas servem para a apresentação de resultados. Nesse contexto, o Sabe foi concebido para subsidiar a formulação das políticas para a educação, fomentando na rede pública uma cultura da avaliação.

Círculos de avaliação • Outro programa do Sabe, o Círculos de Avaliação tem como objetivo fortalecer os processos educativos das escolas, desenvolvendo uma cultura de avaliação como fundamento para o planejamento da gestão da escola e da aprendizagem. Inicialmente, está sendo desenvolvido em 66 escolas estaduais na área das Diretorias Regionais de Educação (Direc) de Paulo Afonso e Ribeira do Pombal. Até 2010, planeja-se levar o projeto Círculos de Avaliação às regiões de outras cinco Direc, ou seja, a mais 70 municípios que integram as regiões do semi-árido da Bahia.

Bahia terá 25 novos pólos de educação a distância

A Bahia está em terceiro lugar no *ranking* dos estados com o maior número de pólos pré-selecionados no segundo edital da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A Comissão de Seleção do Ministério da Educação (MEC) aceitou 271 propostas de abertura de pólos. Minas Gerais é o estado com o maior número de pólos pré-selecionados, um total de 31. Em seguida, aparece Paraná, com 26, e Bahia, com 25. A boa colocação pode ser atribuída à criação de um consórcio envolvendo instituições públicas de educação superior no estado, articulado pela Secretaria da Educação, através do Instituto Anísio Teixeira (IAT). Com o consórcio, a Bahia apresentou propostas conjuntas para democratizar o acesso à educação superior. O objetivo foi ampliar o número de vagas destinadas ao estado, além de possibilitar um contingente reservado à formação de professores.

O consórcio foi firmado entre as quatro universidades estaduais: Universidade Estadual da Bahia (Uneb), Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), e as Universidades Federais da Bahia e do Recôncavo, além do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Este é o primeiro passo efetivo na consolidação de um diálogo maior com as políticas sistêmicas do MEC de apoio à educação a distância e, consequentemente, interiorização do ensino superior.

O acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural firmado pelas instituições garantirá o desenvolvimento das ações conjuntas entre as universidades que propôs à Universidade Aberta do Brasil a oferta de oito cursos de licenciatura, além de possibilitar um contingente reservado à formação de professores em exercício em todo o estado.

O que é a Universidade Aberta do Brasil?

Criada em 2005, pelo MEC, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo a articulação e integração experimental de um sistema nacional de educação superior. O sistema é formado por instituições públicas de ensino superior, que levam ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não têm oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos.

Através da UAB, uma ou mais instituições públicas de ensino superior oferecem cursos superiores na modalidade de educação a distância, para atendimento dos estudantes nos pólos municipais de apoio presencial. O público-alvo é qualquer cidadão que concluir a educação básica e for aprovado no processo seletivo, atendendo aos requisitos exigidos pela instituição pública vinculada ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A proposta é ofertar os cursos de licenciatura em Química, Matemática, Letras e Pedagogia, Biologia, Geografia, História e Física, na modalidade à distância com a mesma duração da modalidade presencial.

Na avaliação do reitor da Uneb, Lourivaldo Valentim, o consórcio vai fazer decolar a educação a distância na Bahia: "Temos um quadro de professores gabaritados para essa modalidade. A resposta que queremos dar é que temos competência para fazer essa diferença no ensino superior e no ensino médio".

O reitor da Uesc, Antônio Joaquim, destaca que, embora a instituição tenha sido pioneira no Norte/Nordeste em ter um curso de educação a distância aprovado pelo MEC há três anos, só agora foi possível colocá-lo em funcionamento. Para angariar recursos, teve que integrar um consórcio composto por universidades de outros estados. "Só agora foi implantada na Bahia uma ação que vinha nos remetendo para fora do estado", afirma.

SEC vai quintuplicar vagas na Educação Profissional



Dados do último censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/2006) mostram que na Bahia existem 722.817 estudantes do ensino médio e apenas 4.831 cursando a Educação Profissional. Já no vizinho Pernambuco, a oferta da Educação Profissional é superior em mais de 100%. Os números refletem o descaso com que esta modalidade de ensino foi tratada. Entretanto, a Educação Profissional passou a ter o lugar que merece. A Secretaria da Educação criou a Superintendência de Educação Profissional (Suprof) e, já este ano, está oferecendo 10 mil novas vagas na educação profissional, com a inauguração de três Centros de Educação Tecnológica. A meta é de chegar a 2010 com a oferta de 25 mil vagas.

O governo vem dando passos largos e, graças a esses esforços, neste ano, a Bahia deixa de ocupar um dos piores lugares no ranking dos estados que têm os menores gastos per capita em Educação Profissional. A péssima colocação não se restringe ao cenário nacional, a Bahia figura também no 6º lugar da região Nordeste, ficando à frente apenas do Piauí, Maranhão e Alagoas.

Atualmente, no Brasil, apenas 51% dos jovens na faixa etária entre 15 e 19 anos frequentam o ensino médio. Desse universo, somente 9% estão matriculados nos cursos técnicos e profissionalizantes. A proposta da SEC é construir uma rede de Educação Profissional articulada em uma grande política. Por isso está captando recursos não só para criação de novos centros, como também para reforma dos que já

existem, criação de laboratórios móveis para os pequenos municípios e oferta da educação a distância. Os eixos norteadores da nova política são a efetividade social, qualidade pedagógica, gestão democrática e regulação.

Qualidade • Sob o olhar da Secretaria, é fundamental que a expansão da oferta seja acompanhada do aumento da qualidade pedagógica. Isso significa também um esforço para a qualificação dos professores, assegurando o funcionamento adequado das escolas agrotécnicas, Centros Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica e das escolas que ofertam Educação Profissional integrada ao ensino médio.

Além dos esforços individuais da SEC, a expansão da oferta da Educação Profissional, nos níveis técnico, tecnológico e de formação inicial e continuada deve ocorrer em articulação com os projetos de formação profissional dos ministérios da Educação e do Trabalho. O plano de expansão tem como base a concepção de que o trabalho é um princípio educativo e a educação profissional é um eixo estratégico do desenvolvimento local com inclusão social e equidade. Haverá um marco legal que, inclusive, redefina um plano de carreira para os professores, a construção de novos centros tecnológicos vinculados aos territórios de identidade, entre outras ações.

Hoje existem apenas dois centros de educação tecnológica em funcionamento, mas essa realidade começará a ser transformada já este ano, quando está prevista a inauguração de três novos centros – Salva-

dor, Santo Antônio de Jesus e Barra - e outros quatro começarão a ser construídos. Isso será possível porque foram retomadas as construções de centros tecnológicos que estavam paralisadas, e agora há um investimento de R\$ 9 milhões para conclusão das obras dessas três unidades, com recursos do Governo Federal.

Novas vagas • Entre os centros a serem concluídos este ano está o de Tecnologia das Águas, que está sendo planejado em parceria com a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH). Essa unidade terá como foco tecnologias que tratem da água e de suas utilizações, com o propósito de formar técnicos em recursos hídricos e meio ambiente. No total, a SEC vai criar até 2010 seis Centros Tecnológicos Estaduais, 30 Centros Territoriais e vai aumentar a oferta de unidades com Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, beneficiando 25 mil alunos.

Na hora de escolher as localidades que irão abrigar as políticas da Educação Profissional, terão prioridade os territórios de identidade que ainda não fazem parte do plano de expansão da rede federal. Estão entre eles, os territórios do Sisal, Extremo Sul, Recôncavo, Semi-árido, Sertão Produtivo, entre outros. O plano de expansão inclui ainda a revitalização das escolas técnicas estaduais e sua transformação em centros territoriais.

Já a oferta do ensino médio integrado será ampliada e haverá foco na readequação dos currículos, de modo a atender a realidade local e tornar a Bahia

um estado inovador na dimensão metodológica da Educação Profissional. Um projeto-piloto também vai ofertar 500 vagas no ensino técnico na modalidade Educação a Distância. Há ainda os Centros Vocacionais Tecnológicos Territoriais (CVTT), que são centros com laboratórios nas áreas de Física, Química e Biologia, voltados para a capacitação tecnológica da população, em consonância com a vocação produtiva dos territórios de identidade, para ampliação de oportunidades de trabalho, emprego e renda. Esta ação tem a parceria da Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secti).

°A proposta da SEC é construir uma rede de Educação Profissional articulada a uma política de estado. •

Centro múltiplo de oportunidades

Projeto intersecretarias vai revitalizar Complexo Jequitaia

Uma ação conjunta envolvendo dez secretarias de governo vai transformar o Centro Múltiplo Oscar Cordeiro e o Complexo Educacional Jequitaia, atualmente subutilizados, num espaço de oportunidades para a população carente da Cidade Baixa e do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Trata-se de um projeto inovador, que vai incluir, dentre outras intervenções, a inauguração de um museu, uma biblioteca pública, um teatro, um restaurante, um centro de tecnologias assistivas e um Centro de Educação Técnica e Profissional, com cursos de Turismo, Hotelaria, Gastronomia, Governança, Náutica e Recreação.

O espaço, que já abrigou galpões da Petrobras, possui cerca de 20 mil m², onde funcionam o Complexo Educacional Jequitaia, composto pelos colégios estaduais Landulfo Alves (ensino médio) e Hamilton de Jesus Lopes (educação de jovens e adultos), e o Centro Múltiplo Oscar Cordeiro. Este centro possui prédios e estruturas desativados ou que nem chegaram a ser inaugurados. É o caso do prédio que abrigaria o Museu do Petróleo, da biblioteca pública e do antigo ginásio de esportes.

O prédio do Museu chegou a ser reformado, mas, sem receber equipamentos, permaneceu fechado; a

biblioteca nunca recebeu acervos e o prédio chegou a ser inundado por chuva, devido a infiltrações na estrutura predial. O espaço também conta com um Centro Náutico, atualmente administrado pela iniciativa privada, e o prédio onde está sendo implantado o Centro Estadual de Educação Profissional, que vai oferecer cursos para jovens e adultos, em áreas relacionadas ao arranjo produtivo de Salvador e do Recôncavo baiano.

A idéia é realizar um grande projeto intersecretarias, cujo carro-chefe serão os colégios que já existem e o Centro Estadual de Educação Profissional, que está sendo preparado para inauguração ainda este semestre. Essa ação articulada vai beneficiar diretamente a comunidade do entorno que é muito carente de políticas públicas.

Para desenvolver o projeto, um Grupo de Trabalho (GT) reúne representantes da Petrobras e das secretarias da Educação, Cultura, Justiça e Direitos Humanos, Turismo, Ciência, Tecnologia e Inovação, Indústria, Comércio e Mineração, Planejamento, Casa Civil, Desenvolvimento Urbano e Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. A primeira medida do GT será regularizar o contrato de cessão entre o Governo do Estado e a Petrobras.

Educação profissional • Um dos

principais empreendimentos da revitalização será o novo Centro Estadual de Educação Profissional. Nos primeiros cinco anos de funcionamento, serão geradas 2.400 novas vagas em cursos técnicos – para aqueles que já concluíram o ensino médio – e 5.000 vagas em cursos de formação inicial e continuada. Ambos serão oferecidos nas áreas de Informática, Telecomunicações, Turismo, Hospitalidade e Lazer, e Desenvolvimento Social. Os cursos entrarão em funcionamento este ano.

Com 3.577 m² de área construída, o prédio do Centro Estadual de Educação Profissional vai abrigar 10 salas de aula, 11 salas de apoio pedagógico e administrativo, 1 centro de processamento de dados, uma biblioteca e um auditório com ponto de videoconferência. Além disso, serão implantados 13 laboratórios: Telecomunicações, Eletrônica, Informática, Rede de Computadores, Circuitos de Comunicação, Hospedagem, Agência de Turismo, Alimentos e Bebidas, Idiomas e Náutica, Restaurante e Cozinha Didática.

Dotados de equipamentos de ponta, esses espaços vão possibilitar aos alunos experiências de pesquisa e aprendizagem prática, que serão o maior diferencial na formação dos novos técnicos demandados pela população.



Complexo Educacional Jequitaia

Iniciativa aprovada em cidadania

O programa Universidade para Todos passa a incluir temática afro-brasileira



°**Como a maioria dos estudantes é afrodescendente,** a Secretaria espera que a mudança no projeto ajude a elevar a auto-estima dos alunos e combata o preconceito e a discriminação racial. ●

Para os 25 mil alunos do Universidade para Todos, estudar para o vestibular vai ser mais do que aprender fórmulas, regras e raciocínio lógico. Eles estão conhecendo de perto como a história e a cultura afro-brasileira influenciam a sociedade. Desde que foi criado há seis anos, é a primeira vez que o curso pré-vestibular do Governo do Estado passa a incluir a História e Cultura Afro-brasileira e Africana na grade curricular. Com a iniciativa, os jovens vão debater a temática que, segundo a Lei 10.639, já deveria estar presente nos currículos da educação básica há, pelo menos, quatro anos.

Como a maioria dos estudantes é afrodescendente, a Secretaria espera que a mudança no projeto ajude a elevar a auto-estima dos alunos e combata o preconceito e a discriminação racial. Há uma grande carência de informação histórica e cultural a respeito do valor da comunidade africana na construção da sociedade brasileira, o que só contribui para perpetuar distorções.

Esta é uma das novidades deste ano do projeto Universidade para Todos, que também passa a contar com uma distribuição mais democrática das vagas e com um portal educacional. No endereço www.universidadeparatodos.uneb.br estão disponíveis informações sobre faculdades, módulos organizados por disciplinas, simulados, questões com resoluções comentadas, guia de profissões, espaço para tirar dúvidas e notícias educacionais. O portal é acessível a todos, inclusive aos 2.500 estudantes dos 36 muni-

cípios que passaram a integrar o projeto, graças a critérios mais objetivos na distribuição das vagas.

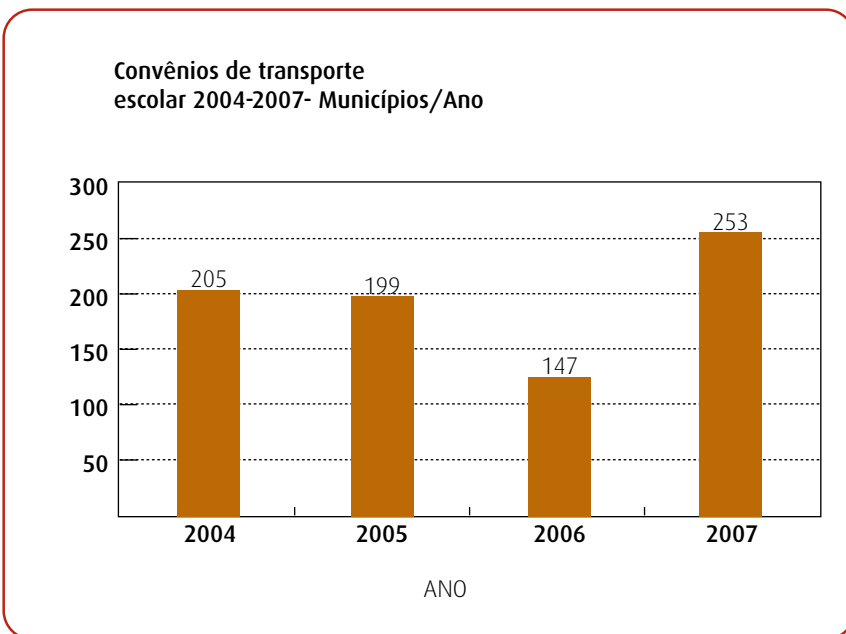
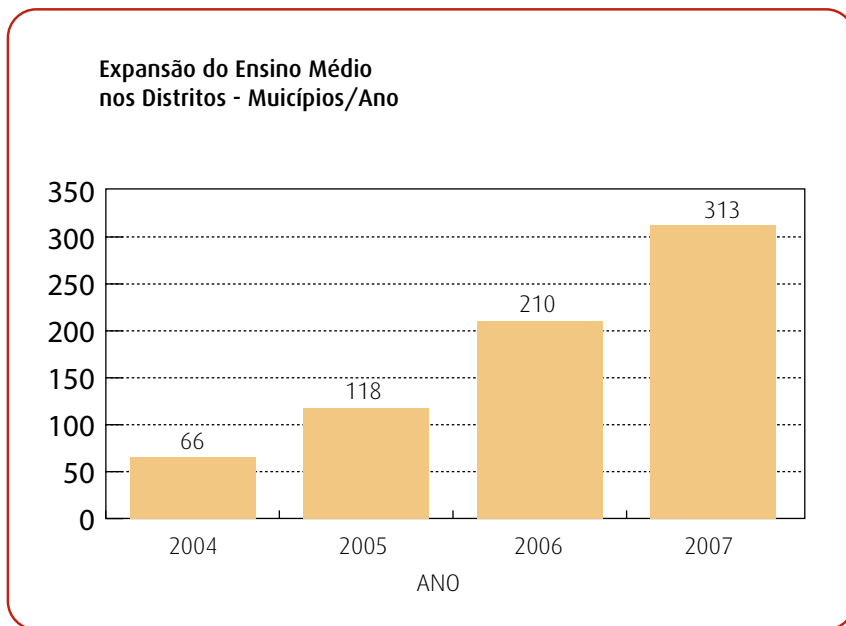
O Universidade para Todos está presente em 72 municípios, sendo 32 cidades onde há campus de universidade estadual e mais 40 em que houve convênio com as prefeituras. As vagas foram distribuídas em municípios que distam até 100 km de um campus universitário, possuam escolas de nível médio e a prefeitura tenha assumido a responsabilidade pelo transporte dos professores e monitores. A partir desses critérios, puderam participar do projeto, de forma integral, municípios que já estavam no projeto, arcando com todos os custos e outros que nunca haviam sido contemplados. Todos os municípios receberam módulos e fardamento financiados pelo governo.

A tentativa de levar o projeto a um número maior de localidades, e ainda reforçar a qualidade do curso com novas temáticas e recursos pedagógicos, tem o propósito de diminuir os índices de evasão que registraram no último ano 51,8%. Mais da metade das turmas registraram evasão entre 30% e 50%. Outro percentual expressivo de turmas (25,9%) superou esse índice de 50% de evasão entre os estudantes. As iniciativas também atendem ao perfil dos estudantes: 85% são pardos ou negros, 79% vêm de famílias com renda de um a três salários mínimos, cujos pais não possuem nível superior, e 81% nunca puderam cursar um pré-vestibular anteriormente.

Criado em 2003, o Universidade para Todos já atendeu quase 100 mil estudantes, todos oriundos da escola pública, sendo 25.100 somente em 2007. O projeto é realizado em parceria com as quatro universidades estaduais (Uneb, Uesb, Uefs, Uesc) e contou ainda com concurso de redação sobre o tema "Como construir uma Bahia de Todos Nós?", orientação profissional e a isenção de 50% na taxa de inscrição nos vestibulares das universidades estaduais para estudantes com mais de 75% de frequência.

° **O Universidade para Todos** já atendeu quase 100 mil estudantes, todos oriundos da escola pública, sendo **25.100** em 2007. ●

A SEC em números



Número de professores da rede estadual:
48.658 professores • Quadro Efetivo: 45.018 / Quadro Temporário: 3.640

Número de pessoal administrativo contratado pelo Reda:
6.197 profissionais

Número de professores contratados pelo Reda:
3.640 professores

Número de professores concursados contratados em 2007:
2.171 professores

Quadro comparativo 2004/2007 - INGRESSO DE PROFESSORES NO QUADRO DA SEC

ANO	2004	2005	2006	2007
Concurso	1.011	261	109	2.171
Contrato Temporário	1.784	245	33	3.640
Total	2.795	506	142	5.811

Total de escolas da rede estadual:

1.753 unidades escolares

Número de alunos matriculados na rede estadual:

1.313.862 alunos

Escolas construídas em 2007:

16 unidades escolares

Escolas reformadas em 2007:

214 unidades escolares

Total de escolas com Laboratórios de Informática:

960 unidades • Instalados em 2007: 500 laboratórios

Total de escolas com Laboratórios de Ciência:

312 Unidades • Instalados em 2007: 16 laboratórios

Escolas adaptadas para portadores de necessidades especiais:

293 unidades

Total de escolas da rede com quadras esportivas:

751 unidades escolares, sendo: 41 unidades escolares com quadra esportiva coberta

710 unidades escolares com quadra esportiva sem cobertura

Construídas em 2007: 9 quadras não cobertas

Número de alunos nas universidades estaduais

UNIVERSIDADES	Nº DE ESTUDANTES MATRICULADOS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)
UNEB	21.533
UEFS	8.069
UESB	9.209
UESC	6.896
TOTAL	45.707

Número de professores nas universidades estaduais: 3.728 docentes

Número de professores contratados em 2007: 459 docentes

Bolsista de Iniciação Científica nas quatro universidades: 1.032 alunos

Alunos matriculados no programa Universidade para Todos: 25.280 alunos

Alunos bolsistas do programa Faz Universitário: 2.194 bolsistas

Repasses às universidades estaduais: R\$ 460 milhões (20% superior a 2006)

Titulação dos docentes por universidade

UNIVERSIDADES	GRADUADOS	ESPECIALISTAS	MESTRES	DOCTORES	TOTAL
UNEB	-	615	643	205	1.463
UEFS	-	176	381	280	837
UESB	08	240	350	175	773
UESC	-	97	335	233	655
TOTAL	08	1.128	1.709	883	3.728

Número de projetos de pesquisa e extensão por universidade

UNIVERSIDADES	GRUPOS DE PESQUISA (CNPq)	PROJETOS DE EXTENSÃO
UNEB	67	109
UEFS	120	46
UESB	66	70
UESC	80	90
TOTAL	333	315

Analfabetismo no Estado

Taxa de 15 anos ou mais: 18,8%

População estimada: 13.815.334 pessoas

Números Absolutos: 2.057.000 pessoas

Dados do IBGE/ 2005

TOPA - Todos pela Alfabetização Meta anual, período 2007-2010

2007 - 100 mil

2008 - 300 mil

2009 - 300 mil

2010 - 300 mil

°tabela

Matrícula inicial da Educação Básica por Nível de Ensino - Rede Estadual, Bahia 2007*

ANO	Educação Infantil	Ensino fundamental			Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional	Total Geral
		Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª					
2007	2.075	425.821	82.075	343.746	492.459	5.055	196.696	13.206	1.135,312

Fonte: SEC, MEC/INEP.

* Dados preliminares de 14/11/2007.

Elaboração: CAI, SEC-BA/SUPAV.

Número de alunos na Educação Básica por Nível de Ensino, Bahia - 2007 Rede Estadual

Nível / Modalidade de Ensino	Números de Alunos
Educação Infantil	1.141
Ensino Fundamental	493.595
1ª a 4ª série	92.857
5ª a 8ª série	400.738
Educação Médio	553.824
Educação Especial	4.394
Educação de Jovens e Adultos	255.044
1ª a 4ª série	16.861
5ª a 8ª série	109.672
Total Fundamental	126.533
Médio	128.511
Educação Profissional	5.864
Total Geral	1.313,862

Fonte: CAI/SUPAV - Banco Alunos resultados preliminares - 13/11/2007

Números do TOPA - Todos pela Alfabetização, em ação

Municípios cadastrados: 363

Número de alfabetizandos: 221.989

Número de professores alfabetizadores: 1.075

Entidades cadastradas: 164

Propostas de consenso da 1ª Conferência Estadual da Educação Básica

Apresentamos aqui uma síntese das principais proposições discutidas e aprovadas na 1ª Conferência Estadual da Educação Básica, realizada em Salvador, de 13 a 15 de dezembro de 2007. O evento recebeu o conjunto de propostas aprovadas nas 31 Conferências Regionais que antecederam a Conferência Estadual e que se constituíram em subsídio para as discussões. As propostas sintetizadas abaixo são as de consenso e representam uma importante contribuição, elaborada de forma democrática, ao aperfeiçoamento da educação no estado.

Um relato completo das propostas das Conferências Regionais e da Estadual encontra-se sistematizado nos anais da 1ª Conferência Estadual da Educação Básica.

O PDE e as Ações Articuladas

Garantir a implantação e/ou o fortalecimento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em todas as escolas públicas, de forma articulada com o Plano Plurianual Participativo (PPP), o regimento escolar e as leis que regem a educação, objetivando ações que possibilitem uma gestão democrática e participativa, com foco na aprendizagem do aluno e na valorização dos trabalhadores da educação.

Financiar as ações do PDE das escolas públicas independentemente de seu porte e dos resultados de avaliações educacionais externas - estaduais e nacionais.

Criar e assegurar mecanismos efetivos de monitoramento das ações do PDE através de Conselhos Escolares e dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação.

Sistema Nacional de Avaliação

Realizar nas escolas indígenas as avaliações da Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), além de encaminhar os relatórios impressos (divulgando os resultados das avaliações, constando a relação entre o desempenho dos educandos e as variáveis do questionário sócio-econômico) a todas as unidades escolares, principalmente aquelas localizadas em áreas mais isoladas geograficamente, independentemente de ter participado da amostra.

Incluir a 6ª série (ou sétimo ano) na Prova Brasil, buscando

acompanhar o desempenho em uma série mediana e ampliar a amostra das avaliações do SAEB como: terceiro ano do ensino médio com possibilidade de tornar-se censitária.

Desenvolver um processo de avaliação a partir das instituições educacionais das redes municipal, estadual e privada, em todos os segmentos de ensino da educação básica da Bahia, respaldado na formação continuada da equipe gestora e dos docentes para utilização dos resultados como subsídios para elaboração de projetos de intervenção.

Autonomia financeira e administrativa na gestão das Secretarias Municipais de Educação

Formar uma comissão de acompanhamento e justiça junto à Promotoria Pública para garantir que as leis sejam cumpridas efetivamente no âmbito da autonomia financeira das secretarias municipais.

Criação de Fundo Municipal de Educação

Garantir assessoria técnico-financeira, administrativa e pedagógica às Secretarias Municipais de educação.

O setor privado da educação na construção do Sistema Nacional

Regulamentação, controle e fiscalização do ensino privado pelo estado, integrando-o de fato ao Sistema Nacional de Educação.

Integrar o ensino privado ao Sistema Nacional de Educação.

Instituir plano de carreira para profissionais da educação do ensino privado.

Articular Secretaria Estadual de Educação (SEC), Secretarias Municipais e rede privada na inserção de professores da rede privada em atividades de formação continuada com financiamento pela escola privada.

Transversalidade da educação especial na educação básica

Implantação de uma equipe multidisciplinar para atuar nos centros de educação especial, salas de apoio e salas multifuncionais, intensificando o processo de formação continuada em educação especial, garantindo o atendimento à demanda de todas as regiões do estado, bem como acesso e permanência do educando com necessidades educacionais especiais no ensino básico e profissionalizante.

Incluir no currículo dos ensinos médio e superior libras e braille como disciplinas obrigatórias.

Criar centros de educação especial, salas multifuncionais e de apoio em cada Direc; adequando todas as escolas do ponto de vista físico, material e de tecnologias assistivas, garantindo o atendimento por especificidade de cada área da educação especial.

Gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação

Descentralização dos recursos financeiros e da administração no sistema educacional com a garantia de fiscalização efetiva e sistemática pelos Conselhos de Educação.

Formação continuada dos gestores focada na gestão democrática e participativa da escola, dando uma atenção especial ao segmento de pais de alunos para que seja viabilizado um conselho de pais com um espaço garantido para reunião nas escolas.

Garantir a simultaneidade de três propostas: a saber, eleição direta para diretores e vice-diretores (diretores administrativos e financeiros) para toda a unidade escolar, incluindo a formação de conselhos escolares, e capacitação para os conselheiros e diretores.

Compromisso das escolas com a melhoria dos resultados educacionais

Estabelecimento de um padrão mínimo de desempenho educacional pactuando com cada unidade escolar um compromisso para melhoria de resultados.

Valorização e fortalecimento da participação dos segmentos que compõem a escola e a comunidade, em uma conjugação de esforços para o cumprimento das metas que resultem em mudanças da qualidade da educação no estado.

As tecnologias e conteúdos multimidiáticos na educação básica

Inclusão de alunos com estágio remunerado para mediar o uso das tecnologias na comunidade escolar.

Estabelecer uma política de formação continuada da comunidade educativa, priorizando o uso de tecnologias livres.

Ampliar o atendimento dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), incluindo os municípios, para que as tecnologias sejam disseminadas nas escolas, a fim de que a comunidade escolar se aproprie da linguagem digital, inclusive dando suporte aos projetos das escolas que envolvam novas tecnologias.

Educação infantil em novas perspectivas

Garantir a infra-estrutura, equipamentos e materiais pedagógicos para manter e ampliar o acesso e a permanência do aluno na educação infantil.

Assegurar a educação infantil como um direito, bem como garantir a elaboração de currículos adequados às especificidades da educação infantil atendendo também as orientações da Lei nº 10.639/03.

Garantir políticas públicas de financiamento para a formação, a qualificação e a valorização dos profissionais que atuam na educação infantil, bem como para a adequação e a construção de centros de educação infantil.

Ensino médio integrado à Educação Profissional

Criar um programa de valorização e formação continuada para os professores e corpo técnico da Educação Profissional Tecnológica (EPT).

Encaminhar à Assembléia Legislativa projeto de lei para criação de um projeto estadual permanente para a Educação Profissional, contemplando incentivos fiscais às empresas que invistam em Educação Profissional.

Expansão da EPT no estado de forma integrada à educação básica, contemplando os arranjos produtivos das regionais.

Ensino fundamental de nove anos

Implementação dos sistemas de ensino nos municípios, bem como articulação entre os Conselhos de Educação e as Secretarias de Educação e garantia do acompanhamento sistemático por estas Secretarias na efetivação e implementação do ensino fundamental de nove anos.

Garantia da equivalência de estudos do aluno com idade e conhecimento para o ingresso no segundo ano do ensino fundamental de nove anos, bem como adaptação dos espaços físico-escolares e recursos didático-pedagógicos para o

°propostas

pleno desenvolvimento e formação da criança.

Formação continuada dos profissionais para atuação no ensino fundamental de nove anos com foco na avaliação, na aprendizagem e no desenvolvimento infantil, bem como instituição de fóruns permanentes territoriais de discussão e trocas de experiências para consolidação do ensino fundamental de nove anos e fortalecimento da política de leitura no âmbito das três esferas de governo.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Criar e assegurar políticas públicas efetivas para a EJA que garantam o ingresso e a permanência desse público na escola e a formação continuada do docente.

Garantir a construção de parâmetros curriculares da EJA que leve em conta as especificidades locais respeitando as diversidades (gênero, raça, credo, faixa etária etc) e inserindo a oferta de ensino profissionalizante.

Tratar a alfabetização de jovens e adultos como ação das políticas públicas de EJA e não como programas isolados.

Função social da escola

Reestruturar o currículo na perspectiva da construção da identidade escolar, contemplando a valorização da vida, privilegiando as diversidades e pluralidade de espaços educacionais, de cultura, raça, etnias, gêneros, posição político-ideológica, orientação sexual, credos, inclusão de portadores de necessidades especiais.

Intensificar e aprimorar os meios de interação entre sociedade e escola, fortalecendo a atuação dos pais e demais membros representativos da sociedade, desenvolvendo instrumentos legais que orientem essas relações, proporcionando processos formativos que qualifiquem essa participação nas ações pedagógicas.

Criação de um fórum permanente para discussões e apresentação de proposições pertinentes às políticas públicas educacionais com a participação de todos os segmentos da sociedade.

Ampliação do tempo escolar

Elaborar um currículo adequado à proposta de educação de tempo integral, pautado no princípio da transdisciplinaridade, objetivando a dimensão emancipatória do educando.

Conceber uma educação de tempo integral, tanto para os

alunos como para os trabalhadores da educação, repensando os espaços educativos, utilizando outros espaços sociais (dentro e fora da escola) para promover a educação integral do educando.

Investir na formação dos trabalhadores da educação, no âmbito do próprio espaço educativo, contemplando uma educação integral de tempo integral com a garantia efetiva de financiamento para a ampliação do tempo escolar.

Educação transdisciplinar

Desenvolver políticas para criação de núcleos de estudos e de prática da educação transdisciplinar.

Investimento da SEC na formação pedagógica continuada em educação transdisciplinar para professores da educação básica.

Transformar em lei o uso da carga horária dos professores da educação básica para a formação continuada em educação transdisciplinar (60% sala de aula e 40% em formação do professor).

Ensino de Filosofia e Sociologia

Que o Governo do Estado da Bahia, através da SEC, estabeleça parcerias e convênios com instituição de ensino superior para oferecer cursos de Licenciatura em Filosofia e Sociologia para profissionais que atuem como professores destas áreas, mas não possuem licenciatura e garanta cursos de formação continuada para os licenciados em Filosofia e Sociologia.

Complementar o acervo de bibliotecas escolares com livros e revistas que possam fundamentar os estudos filosóficos e sociológicos, criando parcerias entre o estado e o município.

Obrigatoriedade das disciplinas sociológicas e filosóficas nas três séries do ensino médio.

Rede de TVs públicas no Brasil e a TV Anísio Teixeira

A TV Anísio Teixeira será produto da ação de professores, alunos, pais e comunidade que transitam pela escola para criar um canal de formação, informação e interatividade na educação baiana.

Será estimulada a produção regional, a expressão das culturas locais e a divulgação de experiências educativas exito-

°propostas

sas. A TV Anísio Teixeira estará assim articulada com o portal da educação baiana na internet.

Criar mecanismos de financiamento para a produção de documentários e materiais de cunho regional e cursos de formação de professores sobre a história recente do Brasil e as expressões culturais locais.

Experiências diversas de popularização da ciência

Preparar multiplicadores nas comunidades visitadas para dar andamento aos projetos de saúde.

Implantar nas escolas de educação básica programas permanentes de incentivo à pesquisa, associando-a ao ensino, garantindo recursos tecnológicos e humanos.

Formação inicial e continuada de professores

Diminuir carga horária de 40 horas para 20 horas para o professor que participa da formação inicial sem perda salarial, bem como criar dispositivo legal que garanta que a dedicação exclusiva seja aplicada dentro da própria unidade de ensino.

Avaliação periódica da prática pedagógica do professor através de cursos de formação continuada em articulação com as universidades, atendendo à diversidade de ensino.

Ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato senso* e *strictu senso* com os pólos da Universidade Aberta do Brasil, em articulação com todos os sistemas de ensino, como forma de garantir a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, incluindo nos currículos destes cursos de formação a história da docência na construção social coletiva.

Avaliação docente como instrumento de valorização

Avaliar o desempenho do professor(a) periodicamente através de equipe especializada que deverá levar em consideração os seguintes critérios: condições materiais e institucionais; participação do gestor, colegas, estudantes e pais; a proposta pedagógica do profissional e seu relacionamento com o PPP; o compromisso para com a instituição e sua formação. Num processo transparente e democrático, o bom desempenho deverá ser recompensado com a progressão salarial e gratificação.

Criar uma equipe federal de acompanhamento que estructure adequadamente as comissões municipais formadas pelos vários segmentos da sociedade que realizarão a avaliação permanente dos docentes do sistema público e privado da educação básica.

Criar e garantir avaliação integrada entre as esferas municipal, estadual e federal, partindo de critérios particularizados, criando uma comissão permanente de avaliação docente em caráter qualitativo.

Funcionários de escola: formação e identidade profissional

Ampliar o programa de formação continuada para os funcionários da educação no âmbito estadual e municipal mediante parcerias.

Valorização e elaboração do plano de carreira para os funcionários da escola, determinando seu perfil profissional.

Construir políticas públicas relacionadas aos funcionários da escola.

Valorização: Piso salarial profissional e desenvolvimento na carreira

- Política nacional de formação e valorização dos(as) trabalhadores(as) em educação;
- Concepção de educação; profissionalização dos(as) funcionários(as) da escola;
- Jornada de trabalho; formação teórica e interdisciplinar; articulação entre teoria e prática;
- Gestão democrática;
- Projeto político pedagógico da escola;
- Plano de cargos e carreira;
- Salários dignos, piso salarial profissional nacional, articulação entre o MEC, instituição formadoras, movimentos sociais e os sistemas de ensino;
- Política nacional de avaliação.

O papel da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na educação e a inclusão digital

Garantir os direitos dos professores formadores lotados nos NTE conforme a legislação, adquirir, ampliar, reestrutu-

°propostas

rar e regimentar a infra-estrutura tecnológica das escolas, suprindo-as de profissionais técnicos, incluindo acesso à internet de alta velocidade, salas multimeios, além de criação, ampliação e manutenção de acervo pertinente à informática educativa, priorizando as escolas do interior e do campo, atendendo satisfatoriamente aos alunos com necessidades especiais.

Revitalizar e fortalecer as ações dos NTE, com suporte e melhor definição de suas funções, bem como promover a formação continuada de profissionais da educação para utilização das TICs com software livre, além de acompanhar e avaliar todo o processo nos âmbitos municipal e estadual.

Melhorar os programas de informática aplicados à educação, criando mecanismos para aquisição de computadores para os docentes, atuação dos técnicos e professores dos NTE nas unidades de ensino, inclusive ampliando o atendimento à comunidade como forma de letramento digital.

Leitura – promoção e formação de mediadores (II)

Garantir que as universidades públicas cumpram efetivamente os seus projetos de extensão, priorizando aqueles voltados para a formação de leitores e mediadores tendo como foco as escolas públicas da educação básica.

Construir e restaurar bibliotecas em todas as unidades escolares, garantindo atualizações constantes do acervo material e a formação do profissional competente para atender aos alunos, professores e comunidade da cidade e do campo.

Assegurar um acervo bibliográfico direcionado aos professores da educação básica das escolas públicas, visando a sua formação leitora, a partir dos interesses e necessidades de cada unidade de ensino, levando em conta as peculiaridades regionais.

Condições de saúde e trabalho dos professores

Construir políticas públicas para a saúde do professor, onde se discuta financiamento para este fim e responsabilizar os dirigentes governamentais e não-governamentais (setor privado) pelas condições de trabalho desses profissionais.

Reconhecer as patologias vocais como doença ocupacional de professores.

Delimitar os parâmetros para o exercício da atividade docente que estabeleça o número de alunos em sala e

Condições ambientais adequadas (temperatura, lumino-

sidade, condições acústicas)

Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável

Criar uma diretoria de educação ambiental na SEC com núcleos no âmbito de cada Direc para promover o desenvolvimento da educação ambiental do estado da Bahia, articulando as redes pública, privada, e as cooperativas educacionais.

Criar programas de formação em educação ambiental para profissionais da educação articulados com a sociedade civil organizada para capacitação em extensão e pós-graduação, criando um fundo financeiro e material.

Intensificar os programas de educação ambiental nas escolas de ensino básico com o objetivo de melhorar a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos que contemplem as diretrizes da educação ambiental.

Contextualização curricular a partir da diversidade regional e currículo, tempo e espaço

Construir um currículo a partir de uma ampla discussão de cada região, respeitando os princípios de gestão democrática onde todos os segmentos da comunidade escolar possam ser contemplados, bem como adequar a proposta curricular das unidades escolares às novas demandas da sociedade, visando à inclusão de alunos com necessidades, à prática da alteridade, abordando a intencionalidade curricular.

Assegurar formação inicial e continuada em educação para os professores, objetivando construir uma proposta curricular que considere a contextualização dos saberes de modo significativo, percebendo assim as individualidades dos educandos e a coletividade a partir das dimensões antropológicas, sociológicas, psicopedagógicas e epistemológicas

Incentivar e garantir a produção e suprimento de material didático, pedagógico e teórico contextualizados para todas as escolas da rede pública e equalizar a carga horária das disciplinas do núcleo comum em prol do resgate dos valores e função social da escola.

Educação Indígena

Implantar 2º ciclo do ensino fundamental e ensino médio em todas as aldeias, assegurando a composição do corpo

°propostas

docente: indígenas que já cursam o nível superior e não-indígenas graduados validados pelas lideranças indígenas.

Garantir a efetividade da formação inicial e continuada de professores indígenas em todos os níveis e modalidades, assegurando também a inclusão da temática indígena no currículo da educação básica e superior, favorecendo o conhecimento da cultura indígena para todos os professores do sistema público de ensino.

Construir, ampliar e garantir a manutenção de escolas com infra-estrutura adequada ao processo de inclusão (espaços inclusivos, bibliotecas, quadras poli-esportivas, energia, laboratório de informática, salas de educação infantil), com inserção das novas tecnologias no currículo de educação básica e oportunizando a todos os educandos a acessibilidade aos sistemas e meios de comunicação e informação; recursos para a produção e circulação de material didático específico, bem como o incentivo à pesquisa científica que aborde a temática relacionada à história e cultura indígena, afro-Brasileira, dos povos indígenas e camponeses, transformando esta produção acadêmica em material didático.

Educação e afrodescendência

Assegurar, no orçamento do estado, os recursos necessários para a implementação da Lei 10.639/03 para aquisição das bibliotecas, de escolas públicas e movimentos negros organizados, de material didático-pedagógico e bibliografia específica da Lei 10.639, contemplando a história da África, dos negros e afrodescendentes.

Implementar a Lei 10.639/03 nos municípios através de ações conjuntas na construção de diretrizes curriculares estaduais e pelo incentivo de pesquisas de campo envolvendo as comunidades escolar e local para elaboração de material permanente sobre a cultura afrodescendente.

Criação de coordenações afro-brasileiras nos diversos municípios, Direcs e na SEC para implementação da Lei 10.639/03, utilizando as parcerias entre os movimentos negros, NEABS (Núcleos de Estudos de Culturas Afro-brasileiras) das instituições públicas de ensino superior e órgãos correlatos, assim como para a criação de Centros Culturais afro-brasileiros que agreguem as produções realizadas nas escolas e comunidades, bem como promover intercâmbios entre cidades vizinhas para afirmação da Lei 10.639/03.

Educação do campo

Reformulação curricular com base na nova matriz cientifi-

ca, tecnológica e sociocultural que considere a agroecologia como fundamento para a construção do desenvolvimento sustentável do campo brasileiro.

Garantia da infra-estrutura básica das escolas do campo considerando a autonomia pedagógica e de gestão tendo como referência as experiências existentes.

Formação inicial e continuada e valorização dos trabalhadores em educação do campo e elaboração de materiais adequados ao contexto do campo.

Construção da cultura da paz no contexto da escola

Estabelecer o eixo da transdisciplinaridade na perspectiva do desenvolvimento bio-psico-socio-espiritual do educando, garantindo uma nova organização dos espaços e tempos escolares que possibilitem a prática de uma pedagogia voltada para o homem integral e para a cultura da paz, sem os impactos ambientais (orgânicos, térmicos, sonoros, luminosos etc).

Implantar equipes multidisciplinares por unidades escolares e por Direc, compostas por psicopedagogos, orientadores, professor especializado, assistente social e psicólogo, a fim de promover a cultura da paz na rede pública.

Criar nas unidades escolares Núcleos de Estudos Avançados sobre Consciência (NEACs) para o processo de formação continuada dos professores da educação básica, garantindo material bibliográfico específico para este fim.

Arte, educação e cultura

Garantir e ampliar o ensino da arte em todas as séries da educação básica, o acesso à experimentação artística e a bens culturais, em consonância com os documentos oficiais, tais como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e os Referenciais Curriculares Nacionais (RCNs), oferecendo cursos de formação (licenciatura plena, especializações e formação continuada) em arte e educação em parceria com as universidades públicas, em diferentes regiões do estado da Bahia.

Construir e adequar espaços físicos apropriados para o ensino das artes nas unidades escolares, garantindo a permanência da regência de classe para os professores que atuarem nesses espaços e garantir a inserção desse item nos planos nacional, estadual e municipal de educação.

Criação emergencial de um fórum deliberativo dos profissionais da educação que atuam na área de arte nas redes

estadual, municipal e privada, pesquisadores das universidades e arte-educadores da sociedade civil para deliberar sobre nomenclaturas; currículo; formação continuada dos profissionais; metodologias e construção de espaços educativos apropriados para o fazer, apreciar e contextualizar as produções artísticas e o estabelecimento de intercâmbio cultural permanente entre as diversas regiões que compõem o estado da Bahia.

Aproximação do mundo juvenil ao mundo da escola: Discussão das políticas públicas para a juventude

Criar políticas públicas de inserção e permanência do jovem e do adolescente na escola, com a contratação de profissionais como: psicopedagogo, psicólogos e assistentes sociais, respeitando e valorizando as suas diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais

Promover convênios entre Instituição de Educação Superior (IES), municípios e estados, destinados à oferta de cursos de formação continuada cujos conteúdos estejam relacionados ao mundo juvenil

Garantir recursos específicos para o desenvolvimento de projetos escolares na comunidade que envolvam o protagonismo juvenil.

Educação e saúde

Definir política de formação inicial e continuada, integrada entre as áreas de educação e saúde

Incluir as merendeiras no processo de discussão e efetivação da política de segurança alimentar nutricional.

Criação da Câmara Técnica Intersetorial para atuar em nível local, municipal, estadual e federal para articular e discutir as políticas e programas de educação e saúde, em perspectiva intersetorial.

Padrão mínimo de material pedagógico e equipamento nas escolas

Estabelecer padrões mínimos de funcionamento das unidades escolares, de acordo com o porte.

Garantir equipamentos e materiais necessários ao funcionamento pleno das escolas.

Instalar laboratórios, bibliotecas e outras condições materiais necessárias ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas.

Informatizar e conectar à WEB todas as escolas da rede estadual.

Educação a distância (EAD) e formação de professores

Criar redes de parceria em escolas e entidades comunitárias com atividades educacionais dotadas de áudio, vídeo, internet, conferência, etc.

Promover debates sobre educação a distância.

Viabilizar / financiar a compra de computadores para professores que fazem ead.

Ressocialização e reeducação

Utilizar o PIA (Plano Individual de Atendimento) e um processo de ensino-aprendizado em pequenos grupos com características semelhantes para todos os estudantes que apresentarem defasagem série-idade maior que dois anos para o fundamental, 1 e 3 anos para o fundamental 2, e para aqueles que já apresentam início da escolarização e dificuldade de adaptação de aprendizado.

Garantir o atendimento sóciofamiliar através de equipe multiprofissional para atendimento de toda a comunidade conforme demanda, sendo serviço vinculado à escola.

Garantir o grupo de estudo sobre conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas unidades escolares de forma a contextualizar os temas com a questão legal na perspectiva de estudos de caso.

Educação, esporte e lazer

Implementar um programa de formação inicial e continuada para professores de Educação Física que atenda às demandas do currículo da educação básica, articulando entes da federação .

Garantir recursos financeiros para implementação do desenvolvimento da Educação Física no currículo da educação básica que contemplem infra-estrutura, material didático e projetos curriculares especiais (festivals, torneios e outros), bem como realocação dos recursos destinados ao esporte educacional do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para o Ministério da Educação.

Revisar e reestruturar o ordenamento legal da educação, em especial ao que tange as especificidades da Educação Física, com o intuito de implementar um ordenamento legal que garanta o direito a todos os educandos ao conhecimento

da cultura corporal sem qualquer tipo de discriminação, a exemplo de educando com prole; acima de trinta anos; que cumpram jornada de trabalho maior de seis horas e outros . Observando a consonância entres os entes da federação.

Educação e economia solidária

Mudar o modelo educacional, desenvolvendo uma educação e cultura solidária.

Programa de educação dos professores em temas de economia solidária.

Incluir a economia solidária como contexto obrigatório dos cursos de Educação Profissional.

Trabalho decente e combate ao trabalho infantil

Inclusão do tema trabalho infantil na formação dos professores e nos conteúdos curriculares.

Participação ativa das Secretarias de Educação nas comissões estaduais e municipais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)i para o desenvolvimento em conjunto de ações sócioeducativas para crianças em situação de trabalho.

Mapeamento das crianças em situação de trabalho no processo de matrícula escolar, como forma de ampliar o diagnóstico e encaminhar as crianças aos programas existentes.

Experiências educativas do movimento sindical na Bahia

Levantamento das emendas dos movimentos sociais na implementação de novos cursos de Educação Profissional.

Implantação e constituição de núcleo de estudo e apoio pedagógico que possibilite a efetivação dos estudos sobre a África nos municípios no prazo máximo de um ano com a finalidade de:

- capacitar profissionais da educação que estão na ativa;
- buscar bibliografias produzidas por autores africanos e afrodescendentes;
- valorizar e construir material didático que possibilite um conhecimento menos eurocêntrico.
- Considerar as experiências dos movimentos sociais na definição dos programas de educação básica profissional.

Educação e diversidade sexual

Disponibilizar carga horária voltada à sexualidade e estimulando a criação de núcleos de estudos na escola sobre sexualidade em todas as suas dimensões.

Inserir nos livros didáticos temas que tratem da educação sexual, sobretudo, nas disciplinas básicas do ensino fundamental e médio

Direitos humanos na escola

Implementar cursos de formação em direitos humanos em parceria com as instituições do sistema de Justiça, em nível de formação inicial, continuada e pós-graduação para os profissionais da educação e garantir a inserção dessa temática nos cursos de formação para professores.

Implantar projetos que promovam a integração das instituições do sistema de Justiça e a escola, bem como trabalhar a educação para a não-violência como um dos principais temas transversais nos currículos escolares.

Instituir comissão de direitos humanos no âmbito dos sistemas de ensino para promover a garantia desses direitos aos mais diversos segmentos escolares, bem como criar programa-piloto de educação e direitos humanos focado no aluno, no âmbito das unidades escolares.

Saúde e Educação: Construção de caminhos intersetoriais para efetivação de políticas integradoras

Construção de fóruns e conferência de saúde e educação, envolvendo todos os segmentos sociais para a implementação das políticas públicas de educação e saúde.

Que haja um assento garantido nos conselhos de saúde de representantes da educação no percentual relativo ao gestor público (25%) e também que haja um assento garantido nos conselhos de educação de representantes da saúde no percentual relativo ao gestor público (25%).

Que o Projeto Político-Pedagógico da escola (PPP), seja construído coletivamente com ampla participação dos atores do território em que a mesma esteja inserida, na perspectiva de incluir a saúde como tema transversal nos currículos, transformando-a em um espaço promotor da saúde. Com estratégias que viabilizem a operacionalização do referido PPP, como exemplo: formação e capacitação dos trabalhadores em educação e da comunidade.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DA BAHIA

Secretário da Educação da Bahia
ADEUM HILÁRIO SAUER

Chefia de Gabinete
SALVADOR DAL POZZO TREVIZAN

Diretoria Geral
CARLOS PEDROSA JÚNIOR
(71) 3115.9050

Coordenadoria de Ensino Superior
GELCIVÂNIA MOTA SILVA
(71) 3115.8932 / 8926

Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica - SUDEB
ANA MARIA SILVA TEIXEIRA
(71) 3115.9009 / 9078

Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional - SUPAV
ENI SANTANA BARRETO BASTOS
(71) 3115.9179 / 9184

Superintendência de Recursos Humanos da Educação - SUDEPE
JOSÉ CARLOS SODRÉ
(71) 3115.9015 / 9056

Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar - SUPEC
JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA
(71) 3115.9057 / 9150

Superintendência da Educação Profissional - SUPROF
ANTÔNIO ALMÉRICO BIONDI LIMA
(71) 3115.9044

Instituto Anísio Teixeira - IAT
PENILDON SILVA FILHO
(71) 3116.9061

Ouvidoria
FRANCISCO BARRETO NETO
(71) 3115.9030



*Educação,
participação
e democracia
num só lugar.*

*Ouvidoria da Secretaria
da Educação.*

*Se você tem dúvidas, reclamações, elogios
ou sugestões, procure a Ouvidoria.
Ajude a construir a educação que
todos nós queremos.*

site: www.ouvidoriageral.ba.gov.br • e-mail: ouvidoria@sec.ba.gov.br
08002840011 • 71 3115.9030 • 71 3115.8928 • 71 3115.9067
71 3115.8909 • 71 3115.9068



Ouvidoria
Secretaria da
Educação



GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria
da Educação



Secretaria da Educação

Av. Luiz Viana Filho, 6ª Avenida, nº 600
CAB, Salvador-Ba - CEP: 41750-319
Fone: (71) 3115-8949/8979/9029 - Fax: 3371-7506
www.sec.ba.gov.br
Ouvidoria: 0800 284 0011